

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA TRINTA DE JUNHO DE
DOIS MIL E SEIS**

-----Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – *Exposição do Sr. Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Eleição de um representante substituto, para integrar a Comissão Municipal, à qual cabe decidir os pedidos de instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho;* ---

-----**TRÊS** – *Pedido de aprovação do Regulamento do Mercado Municipal;* -----

-----**QUATRO** – *Pedido de aprovação do Regulamento de Feiras;* -----

-----**CINCO** – *Pedido de aprovação do Regulamento Municipal de Venda Ambulante;* -----

-----**SEIS** – *Pedido de parecer relativamente à aprovação da localização da instalação de um estabelecimento comercial a retalho alimentar – Minipreço.* -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltou por motivo injustificado o Sr. Deputado Manuel Augusto Silva. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e oito de Abril de dois mil e seis e abre inscrições. Não havendo inscrições, procedeu-se à votação, sendo a mesma aprovada com três abstenções e trinta e dois votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá conhecimento de um ofício da Junta de Freguesia da Ribalonga, delegando a sua representação no seu Secretário, Sr. Raul de Oliveira Correia. Dá ainda conhecimento de um ofício acerca do Cartório Notarial de Alijó, que lê e se transcreve na íntegra: “Assunto: Moção aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal de Alijó. Relativamente ao ofício n.º 11 do Município de Alijó, datado de 30.12.2005 e que nos foi remetido por esse gabinete, tenho a honra de informar V. Ex.^a que os problemas de carência de pessoal reportados nos pontos 2 e 3 da Moção em epígrafe advêm dos seguintes factos: a notária e um escriturário foram nomeados para os serviços anexados de Sabrosa, tendo tomado posse dos respectivos lugares em 11/03/2005 e 01/07/2004, respectivamente; o outro escriturário transitou para o notariado privado em 09/03/2005. Em consequência disso o quadro de pessoal do cartório só tem um lugar de segundo ajudante preenchido. Pese embora esta situação, a verdade é que a Direcção – Geral não pode prover os lugares em falta por o cartório se encontrar abrangido pelo novo regime de privatização, instituído pelo Decreto – Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro (Estatuto do Notariado). Com vista a atenuar as carências de recursos humanos expostos, foi destacado para o cartório em apreço, com efeitos a partir de 01/09/2005, um escriturário proveniente do Cartório Notarial de Figueira de Castelo Rodrigo, destacamento que já foi prorrogado até 30 de Junho próximo. Não obstante, os problemas existentes só serão definitivamente resolvidos com a privatização do cartório, o que não foi possível no âmbito do concurso publicado no Diário da Republica, II Série, n.º 93, de 20 de Abril de 2004, por ausência de candidatos. Espera-se, no entanto, que o mesmo não venha a acontecer no novo concurso de licenciamento cuja abertura está para breve. Com os melhores cumprimentos, o director – geral, António Figueiredo”. Esclarece acerca da intervenção do Sr. Deputado Joaquim Grácio, na Acta da Sessão Ordinária realizada no dia 28 de Abril, acerca do Regimento da Assembleia Municipal, que neste momento orienta esta Assembleia, que na primeira Assembleia colocou esta questão aos Srs. Deputados, no sentido de os Partidos aqui representados, poderem entender-se, acerca de algumas correcções ou acréscimos a fazer ao mesmo. Tal não aconteceu e terão que votar um Regimento. Está em vigor o regimento do Mandato anterior, contudo indica que é importante que os representantes dos Partidos da Assembleia Municipal pudessem conversar e sugerirem coisas para a próxima Assembleia, onde poderão votar e dar uma validade plena ao regimento da

Assembleia Municipal. Acerca do pedido efectuado pelo Sr. Deputado Jaime Cardoso, numa das Assembleias anteriores, esclarece que o que foi possível alcançar, em termos de elementos solicitados já se encontram em seu poder e ser-lhe-ão entregues. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA**, dá início ao Período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO**: Pretende apenas expressar a sua total solidariedade para com os agricultores que foram afectados pela intempérie que destruiu de forma irrecuperável as suas culturas, assim como com os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia afectados. Questiona o Sr. Presidente da Câmara se foram tomadas algumas medidas, no sentido de minimizar as dificuldades dos agricultores. -----

-----**DEPUTADO LUÍS BARROS**: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pretende expressar a sua solidariedade para com os agricultores do Concelho de Alijó e Concelhos limítrofes que foram afectados pelas calamidades que assolaram nos últimos dias. Pretende ainda manifestar o seu voto de solidariedade para com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Favaios, vítima de uma agressão, com a qual não poderia concordar. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO**: Enaltece a iniciativa que teve a Junta de Freguesia de Vale de Mendiz, com a realização da Feira de Velharias e Actividades. Em nome de toda a Freguesia agradece a todas as pessoas que estiveram presentes no evento. Esta foi uma “prova provada” que, iniciativas em conjunto com a Câmara Municipal têm êxito, constituindo um cartaz belíssimo para quem visita o Concelho de Alijó. Está certo que, todos os objectivos criados, aquando da realização da mesma, foram atingidos e concretizados. Indica ter conhecimento da assinatura de um Protocolo relativamente à rede nacional de vilas e cidades com mobilidade para todos. Considera este muito importante não apenas para os deficientes mas para os idosos do Concelho, pois infelizmente a população do Concelho está cada vez mais envelhecida e tem imensa dificuldade em chegar a alguns edifícios públicos, nomeadamente a Câmara Municipal. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o referido Protocolo. Lembra que nos últimos tempos, o Sr. Presidente da Câmara e outros elementos, fizeram visitas a três países, sendo Áustria, E.U.A e Angola, e gostaria que o Sr. Presidente da Câmara transmitisse o resultado, as vivências, os acontecimentos que

decorreram nas três visitas, que espalharam o nome de Alijó. Relativamente ao Estádio Municipal, diz Estádio Municipal, pois é o que tem ouvido falar em virtude do Alijoense ter subido à 3.^a Divisão, este vai sofrer alterações, onde vai ser feito um investimento significativo, criando as condições mínimas de participação do Alijoense na 3.^a Divisão Nacional. Pretende assim, saber qual o ponto da situação relativamente ao referido investimento, pois “algumas mentes perversas ou críticas da praça, começam a querer inquinhar um pouco o que se está a passar com a acção do Executivo Municipal”. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Indica que o voto de solidariedade já expresso por alguns Srs. Deputados, é comum a todos pois todos poderiam ter sido afectados. A Câmara Municipal pouco ou nada pode fazer nesse sentido, pois o próprio Governo já “sacudi o capote”. Refere que existem os seguros para tal, mas antigamente era mais barato fazer os mesmos, pois eram feitos através da Casa do Douro. Não tem a certeza se actualmente ainda existe essa possibilidade, contudo é sempre um voto de pesar e solidariedade que fica. Refere ainda os acessos entre as vilas e cidades de Portugal e indica que a Câmara Municipal deveria repensar a ligação entre Alijó e Sabrosa, pois seria um acesso mais rápido entre as duas e que levasse Alijó até Vila Real, sem ter que passar pela Balsa, já que o percurso entre Vila Real e Sabrosa vai ser encurtado e cerca de quarenta por cento do trajecto fica eliminado. Desta forma, o acesso ao hospital torna-se mais rápido e o atendimento às pessoas mais eficiente. Esclarece que pretende focar novamente um assunto que iniciou na última Assembleia Municipal, uma vez que não concluiu a sua intervenção, dado o Sr. Presidente da Mesa em exercício o ter ameaçado três vezes, cortar-lhe a palavra. Considera tal facto uma pena, porque as Assembleias existem para praticar a Democracia e não apenas para a legalizar. Se for para a legalizar, não vale a pena, pois “chegam à Assembleia, abanam a cabeça, assinam o ponto e vão embora”. Para exercer a Democracia é necessário que possam falar, discutir e até convocar Assembleias extraordinárias quando necessário, para que todos possam contribuir para uma Democracia maior. Assim poderiam aprofundar a discussão, já que a verdade pura não existe e ninguém é dono dela. Indica ainda que todos a pensar em conjunto, podem ajudar a resolver muitos problemas da Região. Lembra então, que na última Assembleia abordava o problema das escolas e o facto de estarem a fechar por falta de alunos. O Sr. Presidente da Câmara sugeriu que propagassem

as aldeias, o crescimento da população e lembra que brincou com a sugestão do mesmo, questionando “como é que aos oitenta anos se podem arranjar crianças”. Referia-se assim à grande maioria da população que se não está nos oitenta anos, está muito próximo. “ O Sr. Presidente da Assembleia como médico, poderá informar se já é possível que as mulheres possam ter filhos, como está previsto, aos sessenta ou setenta anos, porque aí podem incentivar as pessoas”. O que tentava referir na última Assembleia Municipal, e que não teve oportunidade de fazer, dada a pressão para ser mais rápido, é que no tempo em que o seu Partido, que tinha como Presidente o Dr. Manuel Monteiro, foi apresentada na Assembleia da República, uma proposta de Lei, em que o Estado pagaria o salário mínimo às mães que tivessem três ou mais filhos. Nessa altura, essa lei não foi aprovada, mas já passaram doze ou catorze anos e teriam hoje nas escolas, um número de alunos suficiente para não serem fechadas e uma situação inversa da actual. Com a desertificação verificada nos últimos trinta anos, em que a juventude emigrou, os filhos estão a nascer na França, Alemanha ou Suíça e Portugal dificilmente vai conseguir inverter essa situação. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO TAVEIRA:** Justifica que na Assembleia anterior, aquando da discussão da Carta Educativa, teve de se ausentar, por motivos pessoais. Contudo, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede de Ribatua, indica que jamais estaria de acordo que a sua escola fosse fechada, embora se lhe apresentarem termos técnicos, terá que compreender e aceitar. Foca o problema dos cães vadios, os carros abandonados, as viaturas na via pública e até mesmo a ocupação da via pública por parte dos empreiteiros que estragam, não compõem e a maior parte não paga licenças. Foca também as lixeiras existentes nas bermas das estradas. S. Mamede de Ribatua, está abaixo de Alijó e “parece que estão a ter que aguentar com todos os lixos e detritos que a Vila de Alijó está a fazer”. Dá como exemplo o supermercado CNR, que despeja quase diariamente o seu lixo (plásticos e papelões), entre S. Mamede e Alijó. Indica que qualquer dia, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, vai pegar no lixo e coloca-lo em Alijó. Esclarece que esta não é uma crítica, porque os Presidente das Juntas de Freguesia também podem ter alguma culpa perante esta situação. Pede que no futuro, haja colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, tentando erradicar este problema do Concelho de Alijó. Informa que recebeu na Junta de Freguesia, um comunicado de um organismo da Régua, ligado ao Douro, Património da

Humanidade, onde fazem alusão a uma série de lixeiras nas encostas do Douro. Indica que tudo fará, em colaboração com os mesmos e com a Câmara de Alijó. A Câmara Municipal tem limpo muitas lixeiras, contudo o que limpam hoje, amanhã tem lixo novamente. Afirma que têm que arranjar alternativas, pois não basta sensibilizar as pessoas para não colocarem lixo, pois por mais campanhas que façam, não resolvem nada. Deixa palavra de agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o Executivo, pela oportunidade que deram no dia 09 de Junho de 2006, de terem feito história na Freguesia de S. Mamede de Ribatua, com a ida da Banda de Música aos Estados Unidos da América. -----

-----**DEPUTADO MANUEL MESQUITA:** Começa por abordar uma questão, que tal como informa, já foi apresentada ao Sr. Presidente da Câmara, à Assembleia Municipal e ao Sr. Vice-Presidente da Câmara. É o problema da fossa do Amieiro, que continua com muitas fissuras, embora tenha já sido prometido o seu arranjo, mas nada foi feito. Indica ainda que as valetas de Safres até ao Franzilhal, estão cobertas de ervas e “há mais de vinte anos que não passa por lá um cantoneiro”, solicitando assim que estas sejam limpas. Solicita ainda ao Sr. Presidente da Câmara, se digne autorizar os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, a utilizar o telefone da Câmara para serviço de utilidade pública. Pretende também saber o que se passa com o tapete da estrada de S. Mamede e Safres, pois a mesma está a ficar muito perigosa. Informa que as pessoas de Safres estão muito descontentes e pretendem tomar uma posição menos agradável com a Câmara Municipal. Pergunta ainda o que se passa com a recolha de lixos volumosos, pois no Amieiro, há cerca de dois meses que não são recolhidos. Solicita ainda ao Sr. Presidente da Câmara se digne mandar tapar os depósitos de água do Amieiro, que têm dois buracos na parte superior dos mesmos, deixando a água a céu aberto. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia afirmando que relativamente à questão das escolas, não concorda de forma alguma que se fechem as mesmas, apesar de ver os números e reconhecer a eficácia dos próprios. “Não é de ânimo leve que qualquer Presidente da Junta, na sua Freguesia, assiste, de uma só assentada ao fecho de duas escolas e com a escola da Sede, já a prazo”. Deixa assim a palavra de descontentamento com determinadas medidas que cada vez conduzem mais ao isolamento. Relativamente à entreatajuda e solidariedade, entre as instituições, afirma que a

empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto – Douro, retalhou completamente a E. N. 312 da Chã, aproveitando a abertura da vala para colocação da conduta de água. Foram também colocados tubos de saneamento. As obras acabaram, mas ainda não foram feitas as travessias da Estrada 212, para os utilizadores poderem requisitar o respectivo saneamento. Refere que ainda não foram feitas as caixas de ligação ao saneamento, nem sabem quando será efectuada a ligação do dito saneamento à rede pública existente e enquanto não forem executados todos estes trabalhos, é como se nada tivesse sido feito, continuando as pessoas sem poderem usufruir das obras entretanto realizadas. Relativamente às grandes empresas a operar no Concelho e por sua vez nas Freguesias, indica que as populações e seus representantes, deviam ser mais ouvidos, no que concerne à ocupação e utilização dos seus espaços públicos. Pois, aquando das obras surgem problemas e alguns inconvenientes para as pessoas que nelas habitam. As empresas, os empreiteiros e os sub empreiteiros dizem que têm tudo acordado e têm as devidas autorizações da Câmara Municipal, contudo os representantes das Juntas de Freguesia ficam sem saber que acordos houve e quais as autorizações concedidas. Informa que na Chã, em frente ao Centro de Saúde, colocaram um passeio com cinco metros de largura e sem qualquer lugar de estacionamento para aprear ou apanhar os doentes. A Junta de Freguesia, depois de muita insistência, conseguiu junto da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto – Douro, Estradas de Portugal e o empreiteiro executor da obra, que estes colocassem os seus engenheiros no local, ali se reunissem, resultando daí três lugares de estacionamento frente ao referido Centro de Saúde. Informa ainda que na Chã, frente à moagem, na derivação da conduta de água que vai para Carlão e Santa Eugénia, fizeram uma câmara de visita com a profundidade de três metros, surgindo de um nascente de água, que tentaram pôr a correr permanentemente a céu aberto, por uma rua calçada, onde existe uma escola. Desta forma estavam a criar todas as condições para que no Inverno a água gelasse e provocasse variadíssimos acidentes com crianças no percurso da escola. As pessoas ao verificarem esta situação, reclamaram à Junta de Freguesia e esta, junto da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro e sub empreiteiro, obtendo a resposta de que a obra estava concluída, não havia mais dinheiro e a obra teria de ficar assim. Informa que uma vez mais, sem o apoio de ninguém, tiveram que falar com o director das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, na pessoa do Sr. Nicolau, enaltece e expressa e a quem expressa os seus agradecimentos. Este, sem

qualquer ponta de arrogância e total respeito pelo povo e seus mais directos representantes (Junta de Freguesia), levou a “água a bom termo”, ou seja, até ao fundo da rua, onde não prejudica ninguém. Indica que estes exemplos, assim como a estrada entre Favaios e Granja, que tanto se arrastou no tempo e tantos inconvenientes causou a quem nela transitou vários meses, podiam ser resolvidos com mais brevidade e menos inconvenientes para a população, se os representantes das respectivas Freguesias fossem mais ouvidos, aquando dos designados acordos e tivessem conhecimento das referidas autorizações. Congratula-se com as intervenções dos Srs. Deputados que por variadíssimas vezes, na Assembleia Municipal, alertaram para o perigo eminente da referida estrada. Lembra que na sessão da Assembleia Municipal de dezassete de Junho de dois mil e cinco, foi aprovado por unanimidade um empréstimo de 750 mil euros, com o propósito de avançar “a todo o vapor” com a obra emblemática do Concelho de Alijó, havendo na altura quem dissesse que o Aeródromo era a “menina dos olhos do Sr. Presidente”, reparando talvez o povo, na forma entusiástica como o Sr. Presidente falava, no Mandato passado, em tudo o que dizia respeito “àquele motor do desenvolvimento turístico e económico” e por consequência bem-estar social para as pessoas do Concelho. Lembra ainda que houve quem lhe chamasse “o nosso aeroporto”, dado o entusiasmo que esta obra provocou nas pessoas. Pergunta ao Sr. Presidente, se passado todo este tempo, continua com o mesmo entusiasmo, se o financiamento aprovado em Assembleia Municipal está pronto para poder iniciar a obra e se o projecto está concluído. Pergunta ainda quando começam as obras de recuperação da pista poente – nascente, pois a outra pista também carece de candidatura para financiamento. O Aeródromo está situado na Freguesia de Vila Chã, a população pretende saber tudo sobre aquele “gigante, até agora adormecido”. Informa que ouviu dizer que a Câmara Municipal se está a preparar para fazer um transvaze de água da alagoa para o reservatório artificial de Aeródromo e a população anda preocupada com a notícia pois precisam de água para rega de terrenos agrícolas. Uma vez mais é abordado pelas pessoas, pondo estas questões, as quais não pode informar. Manifesta total solidariedade com todos os agricultores afectados pela intempérie e aconselha os mesmos a não cruzar os braços, pois devem arregaçar as mangas e lutar pelo que ainda lhes resta. Pretende realçar a resposta rápida, pronta e determinada por parte do Sr. Vice – Presidente e da Sra. Vereadora da Acção Social e Educação, assim como apreciou o facto de o Sr.

Ministro da Agricultura se ter apresentado prontamente junto dos agricultores, podendo assim avaliar melhor os prejuízos. Registou ainda com mais apreço, a rapidez com que todos os Srs. Presidentes de Junta foram contactados, no sentido de saber se houve prejuízos e em caso afirmativo, qual a sua dimensão. Graças a este empenhamento, foi possível este sucesso da vinda do Sr. Ministro da Agricultura, traduzida na pronta distribuição de cálcio para tratamento da vinha, salvaguardando as colheitas futuras. Finaliza manifestando total repúdio pela situação vivida com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Favaios, pois atitudes “tão baixas”, não podem passar em claro. Manifesta ainda solidariedade ao seu colega e deseja que estas situações de prepotência, arrogância e ameaça pública, nunca existam na Democracia. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM VEIGA:** Agradece à Câmara Municipal de Alijó, na figura do Sr. Presidente da Câmara, o apoio que tem dado à Comissão de Festas da Sra. da Cunha, compondo o caminho velho e cortando o mato que existe na capela. Pretende lançar um desafio a quatro Srs. Presidentes de Junta de Freguesia: Carlão, Amieiro, S. Mamede e Alijó para se juntarem, formando uma comissão, tal como formaram entre a Freguesia de Cotas e Favaios, da qual fez parte, para conseguir que a estrada entre Carlão e Safres seja asfaltada. Informa que lhes deram 85 mil euros, o que foi pouco, mas era um caminho velho e hoje está uma estrada asfaltada. Indica que há a possibilidade de se juntarem e certamente a Câmara vai apoiar, nem que seja apenas com o projecto. Esta beneficiaria muito os agricultores das quatro Freguesias, principalmente os de Carlão que têm ali muitas propriedades. Refere ainda a questão do Estádio Eng. Delfim Magalhães, pois a seu ver está uma vergonha e as mais valias que deveriam vir para Alijó, vão para Murça. Porque o Alijoense vai jogar a Murça. Se o Alijoense tivesse um Estádio tal como o de Murça, com relvado, as mais valias não iriam para lá. Quando vierem as equipas para jogar, também não vêm para Alijó, mas sim para Murça. Desta forma os restaurantes e as adegas não vão lucrar. Há toda a vantagem em pôr o Estádio operacional o mais rápido possível. -----

-----**DEPUTADO FRANCISCO MÁXIMINO:** Começa por salientar o Alijovem, que embora sendo quatro dias, teve muita gente em movimento, alegre, com algum bairrismo a defender a sua equipa. Salienta ainda a iniciativa da Junta de Freguesia de Vale de Mendiz, com a sua Feira de Velharias, embora não sabendo se a mesma foi produtiva para quem se deslocou, contudo foi uma

novidade e deve ser enaltecida. Relativamente ao Estádio Municipal afirma que este é o pior Estádio a nível de campo de jogos com infra-estruturas do Distrito. O mesmo tem trinta anos e está praticamente como no seu início, salvo algumas intervenções nas bancadas e nos balneários. Lembra que, sendo o Alijoens a equipa mais representativa, não só agora que subiu à Terceira Divisão, mas ao longo dos anos, tem também o maior número de equipas na formação de jovens no Concelho de Alijó. O melhoramento que vai ser feito no referido Estádio, tal como foi feito nas Piscinas Municipais e no Pavilhão Gimnodesportivo, não é uma infra-estrutura para Alijó, mas para o Concelho. Foca ainda a colocação dos Ecopontos, nomeadamente os que estão junto à Caixa Geral de Depósitos e ao Tribunal. O Ecoponto que está colocado junto à Caixa Geral de Depósitos, está virado para o estacionamento e a seu ver deveria estar virado para o passeio, onde teria um acesso mais fácil. O mesmo se passa relativamente ao Ecoponto junto ao Tribunal, pois tem verificado que muitas pessoas param os carros para colocação de lixo e se estivesse virado para o passeio, as pessoas ficavam mais protegidas. Expressa solidariedade para com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Favaio, relativamente à tentativa de agressão que este sofreu. Relativamente à questão levantada por um Sr. Presidente de Junta relativamente ao telefone, pensa que a Câmara não deve “olhar para as caras e deve ter o mesmo critério para toda a gente”. -----

-----**DEPUTADO VITOR SILVA:** Inicia endossando os parabéns ao Executivo por aprovar o projecto “Progride”, pois no Distrito de Vila Real, nesta segunda fase, foi a única candidatura aprovada com todos os postos de trabalhos que a mesma pode criar. Estão também feitos os projectos das escolas de acolhimento, vão ser postos a concurso, para que em Setembro, as outras possam funcionar normalmente, o que é muito bom para os alunos. Ao nível da educação, foi feita a compra de um autocarro de 28 lugares assim como de duas carrinhas de 09 lugares para servir o Concelho. Desta forma, muito têm feito, para que a Acção Social e a Educação continuem a ser o expoente máximo no Concelho de Alijó. Ao nível da Juventude e do Desporto, foi realizado o Alijovem, evento ímpar, espectacular e com uma adesão enorme por parte das gentes do Concelho de Alijó. Neste estiveram doze Freguesias representadas, cada uma trouxe dez participantes e as bancadas que suportam cerca de 150 pessoas, estiveram sempre lotadas. Havia pessoas sempre de pé, talvez mais do dobro das que estavam nas bancadas, constituindo assim um êxito. Dá os

parabéns ao Sr. Eng. Luís Henrique Grácio Azevedo e toda a sua equipa, pela realização do evento. Dirige-se ao Sr. Vice – Presidente da Câmara, Prof. Manuel Adérito Figueira, frisando a sua atitude tão célere e responsável com que tratou a questão da catástrofe que assolou o Concelho de Alijó. Indica que este conseguiu trazer cá o Ministro, para verificar de perto os danos e conseguiu estar em todo o lado, o que não é fácil. As gentes de Alijó devem estar muito satisfeitas com o desempenho do Sr. Vice – Presidente. Finaliza expressando um voto de solidariedade com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Favaios pelo sucedido, podendo este contar com todo o seu apoio. -----

-----**DEPUTADO ELIAS EIRAS:** Coloca a questão do alargamento do Plano Director Municipal, iniciado há cerca de três anos e que se reveste de uma importância muito grande para o desenvolvimento do Concelho de Alijó, no que concerne à área de construção. Indica que tem conhecimento de casos que, ou porque estão no limite do terreno ou porque estão mais ao lado, estão impossibilitados de construir as suas habitações. Tem conhecimento que a proposta do Plano Director Municipal não é fácil, está sujeita a várias aprovações, contudo deseja ser esclarecido. Foca ainda a questão dos resíduos de obras dos empreiteiros e lembra que há cerca de três anos, as Juntas de Freguesia, foram contactadas, no sentido de arranjar um espaço para colocação dos resíduos. Nessa altura estava na Junta de Freguesia, foi contactado por um Engenheiro ao serviço da Câmara e mostrou ao mesmo, dois sítios que podiam eventualmente servir para esse fim. No entanto, continuam a assistir a descargas constantes, pelas beiras das estradas e quem quiser pode verificar, basta percorrer o trajecto entre Carlão e Santa Eugénia, pois nas bermas pode ver-se até mesmo telhas velhas em cima do alcatrão. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Indica que teve conhecimento que as escolas da sua Freguesia vão fechar e pretende saber para onde serão encaminhados os alunos. Pergunta se todas as escolas do Concelho com menos de dez alunos encerram este ano. Finaliza esclarecendo que repudia as agressões feitas ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Favaios e que este pode contar com a sua solidariedade. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos, pelo facto de ter sido o Presidente em exercício na última Assembleia Municipal, pois pretende usufruir da mesma: -----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO:** Pretende com a sua intervenção, dar um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Jaime Cardoso, pessoa que sempre respeitou, respeita, amigo de longa data, no entanto há momentos que não podem deixar passar em claro. As palavras que o Sr. Deputado usou relativamente à sua pessoa, com algum reparo. Esclarece o Sr. Deputado que o Período de Antes da Ordem do Dia, tal como consta do Regimento, é de sessenta minutos e numa Assembleia em que se inscreveram catorze elementos, tal como na presente Assembleia, para sessenta minutos, deviam marcar o tempo. Lembra ainda que na última Assembleia Municipal, o Antes da Ordem do Dia demorou cerca de três horas e o Presidente da Mesa, foi muito além da Democracia, respeitou a Democracia até talvez demais, pois esta também tem custos e ordens. A Democracia sem ordem e sem o cumprimento da Lei, não é Democracia. Indica ainda que possivelmente não foi Democrático, ao permitir que prolongassem por tanto tempo o referido Período. Dirige-se ainda ao Sr. Deputado Jaime Cardoso que este frisou que “no meu pensar ou na minha ideia, as pessoas deveriam vir à Assembleia Municipal, picar o ponto e ir embora”. Esclarece que já é Deputado nesta Assembleia Municipal desde 1989 e nunca falhou uma Assembleia, nunca chegou atrasado nem nunca se inscreveu fora do tempo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Inicia a sua intervenção, propondo à presente Assembleia Municipal, que seja aprovado por unanimidade, o voto, não apenas de solidariedade para com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Favaios, mas um voto de repúdio para com a falta de respeito não apenas perante a sua pessoa, mas perante a Instituição Junta de Freguesia de Favaios e sobretudo perante a Democracia. Indica que não pode haver nada que justifique a agressão física ou verbal na discussão Democrática das diferenças de opinião ou de ideias. No que diz respeito à questão da intempérie, focada por vários Deputados, informa que foi uma calamidade que se abateu sobre o Concelho de Alijó. Informa que nesta data, estava em visita oficial aos Estados Unidos da América, mas desde a primeira hora que o Sr. Vice – Presidente o manteve informado, através de contacto telefónico, pois hoje em dia, com os meios de comunicação, não há distâncias. Afirma ainda que desde a primeira hora que o Sr. Vice – Presidente tratou da questão com grande profissionalismo, com grande sentido de responsabilidade, com grande seriedade, como é seu

apanágio. Agradece também a colaboração de todos os funcionários da Câmara Municipal e de todos os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, pois tratou-se de um trabalho de equipa, sem o qual não poderiam ter dado uma resposta tão célere e tão eficaz à referida calamidade. Este foi um trabalho exemplar, de colaboração mútua entre o Executivo, as Juntas de Freguesia, os agricultores e todos aqueles que foram afectados pela calamidade. Sublinha ainda que antes da posição assumida pelo Sr. Ministro da Agricultura, o Sr. Vice-Presidente falou consigo para ver se concordava que o Executivo Municipal tomasse essa mesma atitude, caso o Governo não o fizesse. Indica ainda que ficou acordado entre ambos, que se o Governo não ajudasse os agricultores como está a ajudar, iriam levar a Reunião de Câmara uma proposta concreta para suprir essa lacuna. Felizmente não foi necessário a esse nível, mas indica que há outra situação que decorreu desta calamidade e que o Sr. Vice-Presidente se comprometeu em resolver. Esclarece que vai reafirmar a promessa do Sr. Vice-Presidente, pois trata-se de uma família que ficou desalojada no Pinhão. A casa ficou em mau estado e o Gabinete de Acção Social da Câmara, em parceria com o Gabinete das obras, respectivos Vereadores, vão tratar deste assunto de solidariedade perante esta desgraça. No que concerne ao que está a ser feito, informa que quando regressou do Estados Unidos da América fez uma visita pelas áreas afectadas. Lembra que ainda nos Estados Unidos, enviou um sms para todos os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia das áreas afectadas, que entretanto devolveram esse sms, em termos de solidariedade perante o que estava a acontecer. Indica que estiveram também no terreno, Deputados do Partido Socialista, que pertencem à Comissão de Agricultura e fizeram um levantamento da situação de catástrofe, bem como o levantamento e aplicação de medidas, por técnicos da Direcção Regional da Agricultura. Segundo informação dos técnicos, as vinhas afectadas podiam sê-lo não apenas para esta colheita, mas para dois ou três anos, caso a acção não tivesse sido tão rápida. No que diz respeito à Feira de Velharias e Antiguidades” referida por vários Srs. Deputados e pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia que a promoveu, com natural e justificada satisfação e amor próprio, sublinha que foi um enorme sucesso, a custos baixíssimos. Indica que, por vezes, para fazerem grandes acções de sucesso e promoção do que têm de melhor, não é necessário gastar muito dinheiro. Este é um exemplo de uma excelente acção, que foi levada a cabo com arte, imaginação, trabalho, muito suor e pouco investimento, o que significa que foi quase perfeita. No

que diz respeito à questão do fecho de escolas e da Carta Educativa, esclarece que este assunto já foi focado e pretende uma vez mais separar o fecho de escolas da Carta Educativa. Esclarece assim que, o fecho de escolas foi determinado pelo Ministério da Educação e estava proposto para o próximo ano lectivo que, fechassem mais escolas do que aquelas que efectivamente vão fechar. O Executivo Municipal, porque não foi ouvido relativamente a esta matéria, manifestou-se por unanimidade contra esse fecho de escolas e contra o método pelo qual o mesmo estava a ser executado; Outra coisa é a Carta Educativa, que é uma obrigação legal da Câmara Municipal, sem a qual a Câmara não pode receber os apoios decorrentes do fecho de escolas. A responsabilidade não é da Câmara Municipal, mas depois do fecho de escolas estar concretizado, têm que tratar do apoio logístico aos alunos, do transporte, de acção social, alimentação, projectos educativos, etc. Sem uma Carta Educativa, teriam que fazer tudo isso apenas com recursos da Câmara. Informa que com a Carta Educativa, vão ter apoios de Fundos Comunitários, para fazer as obras necessárias nas escolas de acolhimento, financiar parte dos transportes e parte da alimentação. Acrescenta ainda que este documento constitui uma obrigação legal, é um documento técnico que foi elaborado por especialistas na matéria, em cumprimento escrupuloso do que está estipulado na Lei e a Câmara Municipal de Alijó, aceitou o melhor dos três cenários previstos. Lembra ainda que o primeiro cenário proposto era uma só escola para todo o Concelho de Alijó, um grande Centro escolar, localizado na Sede do Concelho; do segundo cenário constavam dois Centros Escolares, um em Alijó e outro no Pinhão; o terceiro cenário, o mais favorável, foi o que adoptaram, com cinco pólos. Estes são cenários prospectivos, para poderem vir a ser aplicados em 2010, pois se até 2010, houver alterações políticas ou de orientação do Ministério da Educação, relativamente a esta matéria ou se se registar uma evolução demográfica positiva, elas não fecham. Fecham apenas quando o Ministério tem oportunidade de as fechar porque as escolas têm menos alunos do que aqueles que a Lei estabelece como limite mínimo. Compreende as observações dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, pois na sua posição faria o mesmo e fê-lo na função de Presidente da Câmara, contudo têm que encarar isto com seriedade, responsabilidade e com sentido de estado para que não aconteçam outros exemplos como o sucedido com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Favaios. No que concerne à intervenção do Sr. Deputado relativamente à questão dos cães vadios, informa

que já foi a concurso no dia 29 de Junho, o Canil inter Municipal da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte. Tal como já referiu várias vezes nesta Assembleia, lembra um vez mais que têm uma Protocolo com a Universidade de Trás os Montes e Alto Douro e com Lamego para minimizar este problema. Indica ainda que este problema só será resolvido definitivamente quando o canil inter Municipal estiver construído. Relativamente à ocupação da via pública dos empreiteiros e dos lixos resultantes das empreitadas ou dos “monstros”, esclarece que ao nível da Associação de Municípios do Agrupamento Vale Douro Norte, está a ser preparado um concurso para toda a Associação de Municípios, no sentido de resolver definitivamente este problema. Este é efectivamente um problema real, não apenas no Concelho de Alijó, mas em todos os Concelhos e a Câmara Municipal de Alijó está a tentar, junto da Serurb, empresa que nesta matéria está a prestar este serviço, tentar minimizar este problema com a colocação de contentores em algumas Freguesias e em zonas estratégicas. Indica que o Sr. Vice – Presidente tem estado a negociar estas situações e caso pretenda, pode usar da palavra a fim de prestar esclarecimentos. No que concerne à intervenção do Sr. Deputado Manuel Carvalho, relativamente ao telefone, esclarece que se qualquer Sr. Presidente de Junta estiver na Câmara e precisar de fazer uma chamada, pode fazê-lo e não há qualquer tipo de tratamento diferenciado. Todas as outras questões do Sr. Deputado, são da área do Sr. Vice – Presidente e poderão ser esclarecidas pelo mesmo. Relativamente às relações entre Junta de Freguesia, Câmara Municipal, empresas, empreitadas, sub empreitadas e Águas de Trás-os-Montes e Alto-Douro, esclarece que quando existem obras, há sempre situações que é necessário gerir no terreno e a articulação que o Sr. Presidente da Junta referiu, normalmente é feita. Os concursos quando ultrapassam um determinado volume, são feitos pela Câmara Municipal, mas quando a obra é entregue ao respectivo empreiteiro e vai ser executada na respectiva Junta de Freguesia, a Câmara articula a execução física no terreno, com a Junta de Freguesia. Indica que não está no dia a dia a gerir esta matéria e daria a palavra ao Sr. Vice – Presidente para se pronunciar sobre este assunto. No que diz respeito às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, indica que o Sr. Deputado tem razão na sua intervenção, de tal forma que a Câmara Municipal, quer no que diz respeito à sua Freguesia e à Freguesia de Favaios, chegou a escrever várias cartas, que pode mostrar aos Srs. Deputados, se assim o entenderem. A última carta ameaçava a empresa Águas de Trás-os-

Montes e Alto-Douro, pois se não fizessem o trabalho que lhes cabia fazer, tal como tapar os buracos que abria, de forma transitável para evitar qualquer tipo de acidente e se entretanto se registasse alguma ocorrência, a Câmara Municipal, iria responsabilizá-la civil e criminalmente por tal facto. Informa que só quando fez esta carta, é que a referida empresa resolveu colocar o empreiteiro para, em definitivo resolver o problema da ligação entre Favaios e Alijó. Os problemas que referiu são decorrentes da gestão de obras complicadas e a empresa também tem algum volume de obras, sendo natural que por vezes possam surgir dificuldades. Indica que vai falar com a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto-Douro, para que situações desta natureza não se voltem a repetir. Indica ainda que têm que ter alguma compreensão pela dimensão das obras que estão a ser lançadas pela referida empresa, pois são lançadas em trinta e oito Municípios, um investimento do Fundo de Coesão na ordem dos 80 milhões de contos que significa um investimento sem precedentes nesta Região, reafirmando que é natural que surjam problemas na concretização dum investimento desta grandeza. No que diz respeito ao Aeródromo, informa que este, foi, é e continuará a ser uma aposta estratégica deste Executivo e não é apenas uma infra estrutura fundamental para o Concelho de Alijó, mas também para a Região de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Todos os especialistas em matéria de desenvolvimento económico ligado ao sector do turismo, são unânimes em afirmar que não há turismo nem desenvolvimento sustentado nesta matéria, sem acesso aéreo. O turismo que pretendem para a Região de Trás-os-Montes e Alto-Douro, não é um turismo de massas, mas um turismo de elite, para as Quintas, para o Alto Douro Vinhateiro, para os Hotéis Rurais, para os Hotéis de Charme, é um turismo sénior, com determinadas características que não se desloca facilmente a estes lugares se não tiver um acesso aéreo. Indica que estas coisas demoram o seu tempo, pois são concursos públicos. O Aeródromo tem um Plano Director que foi aprovado e lançado pela Associação de Municípios do Agrupamento do Vale Douro Norte, sem o qual não podem fazer nada, em termos de execução de obra física. O referido Plano determina não apenas a pista dos três quilómetros mas também o sentido que vai ter a pista de aproximadamente um quilómetro e meio. Informa que nesse estudo houve vários cenários no terreno e a equipa que está a elaborar esse estudo, a Proplano, encontrou como cenário mais favorável para a pista de um quilómetro e meio, uma solução que implica o desvio da estrada que dá acesso a Carlão. Tal ainda

não avançou definitivamente pois não pretendem apenas colocar alcatrão na pista que já existe, porque se assim fosse já o tinham colocado e apenas serviria para levantar e aterrar algumas pequenas aeronaves de combate a incêndios e protecção civil, que o fariam ainda com alguma dificuldade, porque davam a desculpa dos ventos e da extensão da pista. Desta forma, não iam resolver o problema e o que a Câmara vai fazer, tem que estar enquadrado com o investimento futuro. O facto de ainda não estar pavimentado, deve-se a esta razão, de encarar o Aeródromo de uma forma extraordinariamente séria, pois é uma infra-estrutura aeroportuária fundamental, não apenas para o Concelho como também para a Região. Acrescenta ainda que, dentro do próximo Quadro Comunitário, estão já a trabalhar para que este Aeródromo pertença à Rede Nacional de Aeródromos Secundários, o que não vai ser fácil, pois vão ter que batalhar com outros que já existem na região e que estão mais avançados, tal como o de Bragança que já está a funcionar. No entanto o de Bragança não tem os três quilómetros de extensão que o nosso poderá vir a ter e que será um argumento fundamental para se defrontarem com o Aeródromo de Bragança. Para além deste argumento, indica que o Aeródromo Municipal está a meia distância entre o Litoral Português e o Litoral Espanhol, tendo uma localização geográfica mais favorável. Indica que não afirma que vão conseguir, mas vão lutar com determinação e respeito perante todos. Agradece a referência do Sr. Deputado Joaquim Veiga, relativamente ao envolvimento da Câmara Municipal com a Comissão de Festas da N. Sra. da Cunha e refere que estão a fazer o que lhes compete. Dirige-se ainda ao referido Deputado dizendo que este lançou um desafio muito interessante, pois têm já exemplos de desafios idênticos no Concelho. Refere a título de exemplo, a ligação entre Favaios e Cotas, que resultou de uma parceria entre as Juntas de Freguesia, os agricultores e a Câmara Municipal. Esclarece que depende de candidaturas a um programa que existia, ao nível do Ministério da Agricultura, as quais pensa que estão esgotadas no presente momento. Contudo há um “trabalho de casa” que têm que fazer, para preparação de um dossier técnico, para estarem preparados caso existam Fundos para apoiar este tipo de investimentos fundamentais e possam assim ganhar a candidatura. Dá ainda os parabéns ao referido Sr. Deputado pela forma construtiva de resolver os problemas do Concelho. Relativamente ao Estádio Municipal, esclarece com total tranquilidade e responsabilidade que, este está a ser intervencionado no âmbito de uma candidatura que fizeram a

Fundos Comunitários, no que concerne à construção de equipamentos de natureza desportiva. Os 220 mil contos que custa este investimento, são financiados a 75 % pela construção dos referidos equipamentos desportivos. Informa que no presente dia assinou a abertura de uma conta bancária expressamente para este efeito porque para poderem fazer a candidatura à construção deste equipamento desportivo, é necessária essa conta, pois o dinheiro atribuído vai directamente para a referida conta bancária, não podendo ser destinada a qualquer outro fim. O Concurso foi aberto, estão a decorrer os prazos que a legislação dos concursos públicos estipula e a obra vai ser realizada, respeitando os prazos. Esta é uma obra para o Município de Alijó e não apenas para a Freguesia de Alijó. Indica ainda que gostava que, todos tivessem responsabilidade, sentido de estado e não acicatassem pequenas rivalidades concelhias com investimentos de determinada natureza. Indica ainda que existem determinados investimentos de carácter Municipal que têm que ser localizados em determinado sítio. Esclarece ainda que o Estádio vai ser concretizado, não apenas porque o Alijoense subiu à 3.^a Divisão, pois mesmo que não subisse, o Estádio Municipal relvado iria ser construído, porque o Concelho de Alijó, ao nível do desporto, tem uma tradição que nos últimos anos se tem abalançado a níveis nunca imaginados, tradição essa, ao nível da formação, que teve origem na Escola de Formação Desportiva Municipal. Dá os parabéns a todos os que trabalham na referida Escola, pois dessa surgiram uma série de jovens para o Futsal e lembra que o Atlético Clube Alijoense foi campeão Distrital de Futsal, no último Mandato. Lembra que ao nível dos iniciados, das escolinhas, dos infantis, já foram campeões várias vezes e deram um Jogador à Selecção Nacional, o Abel Pereira, filho de Abel e Lina, funcionária desta Câmara Municipal. Tudo isto os devia orgulhar. Tal como referiu o Sr. Deputado Francisco Maximino, há cerca de trinta anos que não era feito qualquer tipo de investimento no Estádio e estava na hora de Alijó ter um Estádio com relvado sintético, que permita uma utilização de vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, tal como tem Murça, Santa Marta de Penaguião, Vila Pouca de Aguiar e a maioria dos Municípios vizinhos. Esclarece que tiveram outras prioridades, pois tinham necessidades básicas que tinham que atender e agora chegou a hora de fazer o investimento no Estádio Municipal. Esclarece ainda que a única situação que não está coberta por esta Candidatura, na construção do Estádio Municipal, são as respectivas bancadas, pois apenas apoiam o relvado, a iluminação e os balneários. No entanto as

bancadas serão construídas a expensas próprias da Câmara Municipal. O Concurso foi lançado em duas fases, onde na primeira fase engloba tudo menos as bancadas e na segunda fase vão ser construídas as bancadas, embora o projecto já tivesse sido apresentado e aprovado em Reunião de Câmara, na globalidade. Relativamente à questão do Plano Director Municipal, esclarece que é com muito gosto que informa que estão a fazer um trabalho como nunca foi feito, sobretudo nos de primeira geração. A grande crítica feita sobretudo aos P.D.M de primeira geração, foi a sua classificação como documentos teóricos, feitos em gabinetes fora do Concelho, em Lisboa ou no Porto, completamente alheios à realidade. Para evitar esse erro constituíram ainda no Mandato anterior, constituindo uma equipa interdisciplinar entre a Câmara Municipal e a Universidade Trás os Montes e Alto Douro, que está a rever não apenas o Plano Director Municipal do Concelho de Alijó, mas também de Murça, Sabrosa, Vila Pouca de Aguiar, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, entre outros Municípios, para haver lógica e continuidade na revisão do mesmo e em algumas estratégias de desenvolvimento intermunicipal integradas. O trabalho tem sido feito de forma perfeitamente articulada entre a equipa da UTAD e uma equipa da Câmara Municipal, constituída pelo Sr. Presidente e Vice – Presidente da Câmara, pela Eng. Zélia, por todos os Srs. Vereadores que dentro da sua área vão dando os seus contributos, todos os quadros superiores da Autarquia, os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e os cidadãos que escreveram cartas, dizendo onde achavam que se podia alargar o Plano Director Municipal e onde tinham problemas desta natureza. Informa ainda que organizaram um dossier, o qual já foi entregue à equipa da Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, no sentido de, sempre que possível, contemplar as situações apresentadas. Relembra que são vinte e seis entidades que têm que se pronunciar sobre o Plano Director Municipal e têm que o aprovar, pois basta que uma delas não aprove e o mesmo já não vai a Conselho de Ministros. Desta forma, têm que elaborar uma proposta que convença as vinte e seis entidades, as quais podem eventualmente não aceitar tudo o que propõem, contudo vão propor uma progressão dos actuais perímetros urbanos, de forma coerente, realista, razoável e ambiciosa, contemplando as principais reivindicações, dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia e dos Municípios. Depois deste trabalho concluído, vai ser apresentado novamente aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e apresentá-lo para discussão pública. Todas as pessoas terão a sua oportunidade para se pronunciarem sobre esta

questão. Esclarece que há um trabalho de equipa muito profundo relativamente a esta matéria e no dia 06 de Julho vão ter uma reunião onde vão fazer uma primeira discussão relativamente aos perímetros urbanos. Depois desta discussão, irão ter uma nova reunião na CCDRN e finalmente passarão à discussão pública. Relativamente ao programa “Progride”, esclarece que este é mais uma parceria entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia para tratarem dos problemas relacionados com a rede social, dos mais carenciados no Concelho de Alijó, tal como os idosos, os deficientes, os que por qualquer motivo estão excluídos do desenvolvimento ou estão um pouco à margem do desenvolvimento económico e social do Concelho. Tal como foi referido pelo Sr. Deputado Vítor Silva que na segunda fase, apenas uma candidatura foi aprovada e no Distrito de Vila Real apenas duas foram aprovadas. Esclarece que para a candidatura ser aprovada, houve muito empenho e muita determinação de todos aqueles que se envolveram directamente na mesma. Este facto prova que quando as pessoas trabalham todas no mesmo sentido, com total sentido de responsabilidade, é possível atingirem “alguns milagres”. Relembra ainda que esta candidatura já tinha sido apresentada a um anterior Governo e tinha sido reprovada, no entanto reavivaram essa mesma candidatura, não desistiram e provaram que esta candidatura era fundamental para o Concelho. Dá os parabéns à Sra. Vereadora da Acção Social, a qual, no terreno, liderou este processo para que a referida candidatura fosse aprovada. No que diz respeito às escolas de acolhimento, autocarro e carrinhas, esclarece que é o referido investimento que estão a fazer para dar aos alunos as melhores condições possíveis. Relativamente à iniciativa “Alijovem”, esclarece que esta é outra iniciativa feita com enorme empenho, imaginação e suor, quer do Sr. Vereador que tutela o Pelouro, quer de toda a sua equipa, de todos os funcionários e todas as Juntas de Freguesia que aderem a este projecto. Esta é também uma iniciativa baratíssima e para aderir basta vontade e determinação. Com estes dois factores, as doze equipas deram mais um exemplo maravilhoso de desporto, convívio, de *fairplay* e sobretudo movimento social, na medida em que foi maravilhoso verificar que durante aqueles dias o recinto estava repleto. Indica que foi com pena sua não poder estar presente na apresentação e no encerramento, devido a obrigações de agenda, mas esteve presente quando teve oportunidade. Indica ainda que esteve nas bancadas e no meio da população e verificou a forma simpática, alegre e divertida como todos participaram nesta iniciativa. No que diz

respeito à localização de Ecopontos, esclarece que a localização dos mesmos foi estudada no terreno, no Mandato anterior, pela empresa Serurb, por todos os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e por si próprio que, com todos, andou no terreno a verificar a situação. Lembra ainda que a empresa informou que se eventualmente achassem que existia uma ou outra localização que não era a mais correcta, haveria total abertura para a mudar. Relativamente ao Protocolo assinado no dia 29 de Junho de 2006, indica que o mesmo é fundamental para o centro histórico da vila de Alijó, para que as pessoas com alguma deficiência ou limitação, possam ter acesso a todos os serviços públicos da mesma forma que as pessoas que não têm essa mesma limitação. Informa que o referido protocolo teve início no Mandato anterior e tem agora o seu epílogo. Lembra que no Mandato anterior já tinham a ideia de fazer a eliminação de algumas barreiras arquitectónicas, contudo também acharam que não tinham capacidade técnica para sozinhos poderem fazer um trabalho em profundidade nesta matéria. Desde a primeira hora que acharam que deviam fazer uma candidatura para que a intervenção fosse executada em profundidade. Desenvolveram contactos que tiveram agora o seu epílogo e fazem com que o Município de Alijó pertença à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para todos, numa parceria entre a Associação Portuguesa de Planeadores do Território e a Câmara Municipal. Indica que, tal como foi referido na cerimónia protocolar de assinatura deste protocolo, o que é bom para as pessoas com alguma limitação, é bom para todos. Este é um processo que implica um diagnóstico que vai ser feito pela referida Associação, deslocando-se ao terreno para analisar no casco histórico, todos os edifícios que apesar da sua beleza, foram construídos no Século passado ou há dois séculos, não sendo construídos com esta preocupação. Desta forma, vão analisar os passeios, as acessibilidades, etc, e posteriormente vão apresentar um plano, o qual vai ser concretizado em parceria diária entre a Câmara Municipal e a referida Associação. Informa ainda que vão planificar a intervenção desde a presente data, até ao final do Mandato. Esta tem ainda a vantagem de ser uma planificação plurianual e estabelecer objectivos plurianuais que irão cumprir em função dessas orientações. Informa que no dia 29 de Junho de 2006 foi colocada uma bandeira das cidades e vilas com mobilidade para todos, no mastro da Câmara Municipal. Este foi um acto simbólico, pois a mesma vai ser retirada e será colocada novamente sempre que haja um protocolo oficial que envolva a Associação. Informa ainda que tem

o protocolo na sua posse e solicita ao Sr. Presidente da Mesa se digne autorizar a introdução do mesmo na Acta da presente Assembleia Municipal, de forma a evitar a sua leitura neste momento, o qual se transcreve na íntegra: **“CONTRATO-PROGRAMA DE COLABORAÇÃO E TRABALHO NO ÂMBITO DA REDE NACIONAL DE CIDADES E VILAS COM MOBILIDADE PARA TODOS**

ENTRE A

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PLANEADORES DO TERRITÓRIO

E A

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

A Associação Portuguesa dos Planeadores do Território adiante designada por APPLA e a Câmara Municipal de Alijó, adiante designada por CMA, consideram do maior interesse celebrar entre si um contrato-programa de colaboração e trabalho no âmbito da adesão desta autarquia à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para todos.

1. Objectivos

A CMA e a APPLA têm como objectivos genéricos, para a assinatura do presente contrato-programa de adesão da autarquia à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos:

a) Adequar as Cidades e Vilas a todos os cidadãos:

“A abolição de barreiras arquitectónicas, sociais e psicológicas constitui um objectivo inadiável das sociedades modernas e é a única via para tornar as cidades adequadas a todos os cidadãos, sem discriminações de qualquer natureza”;

b) Cumprir imperativos éticos e culturais de contemporaneidade:

“Construir cidades e vilas com mobilidade constitui um imperativo ético e social, traduzindo o respeito pelos valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da equiparação de oportunidades”;

c) Planear a cidade:

Definir, em concreto, acções, pontuais ou estruturais, previamente definidas e planeadas, que claramente e decisivamente contribuam para a construção das cidades e vilas para todos;

d) Adaptar, faseadamente, geográfica e temporalmente, a área de intervenção proposta à mobilidade para todos, através de um somatório de pequenas, rápidas e pouco dispendiosas acções.

2. Duração, Faseamento das Acções e Operacionalidade

2.1. Duração

O presente contrato-programa tem a duração de três anos.

2.2. Renúncia

a) A autarquia poderá, no entanto, com o prazo de três meses anteriores a cada final de ano de adesão, solicitar o fim da adesão ao projecto da Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para todos.

b) O ano da participação na Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos é contado a partir da assinatura do presente contrato-programa.

3. Obrigações da Câmara Municipal de Alijó

3.1. Intervenção

a) Compromisso de intervir, de acordo com o Plano de Intervenção das Acessibilidades, na área proposta, no prazo de vigência do actual protocolo, resolvendo, pelo menos, 70% dos problemas detectados, em área ou número de situações referidas.

b) Promover a inclusão de medidas regulamentares específicas, em planos municipais de ordenamento do território, tendentes a sensibilizar e impor medidas de “mobilidade para todos” em novas urbanizações.

4. Obrigações da Associação Portuguesa de Planeadores do Território

4.1. Entidade Gestora

A APPLA é a entidade gestora e coordenadora da Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos.

4.2. “Plano de Intervenção das Acessibilidades”

A APPLA, através da sua comissão técnica de trabalho, elaborará e entregará À CMA o “Plano de Intervenção das Acessibilidades”;

4.3. Coordenar a Comissão de Acompanhamento

Compete à APPLA organizar o grupo de trabalho de acompanhamento, composto, para além desta, por:

- Associação Portuguesa de Deficientes;
- Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação;
- Associação Portuguesa de Lesionados Medulares

E na qualidade de observadores:

- Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Secretaria de Estado do Ordenamento do Território;
- Gabinete de Estudos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do

Desenvolvimento Regional.

4.4. Atribuir a Bandeira da Mobilidade para Todos

À APPLA, entidade técnica e gestora, competirá:

- a) Atribuir, após a assinatura do Contrato de Adesão, a “Bandeira da Mobilidade para Todos”, para o ano em curso;
- b) Entregar à autarquia o “Plano de Intervenção das Acessibilidades”;
- c) Atribuir a “Bandeira da Mobilidade para Todos” nos anos subsequentes de acordo com a percentagem de trabalhos implementados: 30% no segundo ano e 70% no terceiro ano;

4.5. Sessões Públicas

Compete à APPLA estar presente em todas as cerimónias públicas que, no âmbito do presente projecto a autarquia solicite;

4.6. Encontro Nacional da Rede

A APPLA organizará encontros anuais com todos os municípios aderentes para reflexão sobre “Boas Práticas e Estudos de Caso”.

5. Encargos Financeiros

Os custos de adesão, de acordo com o faseamento dos trabalhos são de 6.000,00 € no acto de assinatura do presente contrato-programa e 2.000,00 € em cada um dos dois seguintes anos, valores aos quais acresce a taxa de IVA em vigor.

Data

Pela

Câmara Municipal de Alijó

Pela

Associação Portuguesa de Planeadores
do Território

Dr. José Artur Fontes Cascarejo

Dr. Pedro Manuel Ribeiro da Silva” .

Relativamente às viagens pretende esclarecer perante todos que, efectivamente a Câmara e seus representantes fizeram estas viagens de trabalho, à Áustria, Angola e Estados Unidos. A viagem à Áustria foi convocada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, estava incluída nos estados gerais do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, realizou-se em Tirol e realiza-se sempre em todos os inícios de Mandato. Esclarece que quando se regista um novo Mandato, há uma reunião que procura fazer o ponto da situação dos Municípios e Regiões da Europa e dos problemas comuns para a duração desse mesmo Mandato. Foram não apenas em representação da Câmara mas também a convite da Associação Nacional de Municípios Portugueses e em representação da Associação de Municípios do Agrupamento Vale Douro Norte que custeou a respectiva deslocação. Relativamente a esta deslocação, esclarece que era importante porque enquadrava matérias, tal como o próximo Quadro Comunitário de Apoio e o que as Vilas, Cidades e Regiões podem fazer no que concerne a candidaturas directas a fundos comunitários. Informa ainda que o Congresso contou com a participação do Sr. Presidente do Conselho Europeu, Dr. Durão Barroso, que elogiou a participação Portuguesa neste Congresso, pois foram das comitivas com mais e melhor participação em todos os temas do Congresso. Neste Congresso, souberam algo muito importante que vão procurar aproveitar no próximo Quadro Comunitário de Apoio, que é a possibilidade de as Autarquias se candidatarem directamente a Bruxelas, a alguns Fundos para realizarem determinados investimentos. Esclarece que o Congresso tinha trabalhos teóricos e visitas práticas a investimentos da Áustria (em workshops de trabalho). Uma das visitas práticas de maior importância para o Concelho de Alijó, está relacionada com a construção de uma Central de Biomassa, onde a Áustria é indiscutivelmente o país do mundo mais avançado nesta matéria. A Câmara Municipal de Alijó vai ter uma Central de Biomassa no Concelho para aproveitar os recursos florestais, de forma a combaterem o flagelo dos incêndios e ao mesmo tempo darem rentabilidade económica à zona Norte do Concelho, que é a mais forte a este nível. A Central de Biomassa do Concelho não vai conseguir ser alimentada apenas com a massa florestal do Concelho de Alijó, tendo que se associar a Sabrosa, Murça, S. João da Pesqueira e outros. Esta é uma situação de importância capital para combaterem a crise económica, criarem novos empregos e sobretudo darem um objectivo económico à enorme mancha florestal do Concelho. A referida Central é ainda importante porque queima resíduos e

produz calor, o qual pode ser aproveitado para as habitações, indústria, entre outros fins, criando um projecto de energias alternativas que pode ser fundamental para um processo de desenvolvimento económico equilibrado, sustentado e sustentável no Concelho. No que diz respeito à viagem a Angola, lembra que esta foi uma promessa eleitoral deste Executivo, pois em plena Campanha Eleitoral afirmaram que iam continuar a apostar no reforço da presença externa do Concelho, que consideram fundamental para abrir novos mercados, não apenas aos nossos produtos mas também aos recursos humanos. Esclarece ainda que as pessoas quando votaram no Executivo, já sabiam que iam a Angola e a mesma constava do Plano de Actividades e Orçamento, votado pela Câmara e Assembleia Municipal e cabimentado. Informa ainda que o mesmo sucedeu com a ida aos Estados Unidos, pois estas actividades faziam parte da estratégia de desenvolvimento do Concelho. Esclarece que estranha que as pessoas se surpreendam com esta situação pois estava previsto, planificado e cabimentado. Consideram muito importante para a afirmação de Alijó, não apenas no contexto Regional e Nacional, mas sobretudo Internacional, porque actualmente o mercado é global e é importante que estejam nestes sítios para abrir novos cenários para os quadros humanos e produtos. Esclarece ainda que relativamente a Angola, foram numa altura em que Saurimo comemorava os 50 anos da elevação a cidade, da antiga cidade Portuguesa de Henrique Carvalho, participando assim nas comemorações. Este foi um momento único de ligação com um país com o qual já tivemos fortes ligações económicas, sociais e outras. Indica que foi uma pena a Guerra Civil e também alguns traumas da Guerra Colonial não terem permitido que Portugal se aproximasse mais cedo da realidade Angolana. Indica que foram elogiados por serem o primeiro Município a aproveitar o protocolo feito entre o Estado Português e o Estado Angolano para este tipo de incremento de relações. Informa ainda que foi com alguma tristeza que viu a China, Rússia, Cuba, Israel, Brasil, Espanha e outros países que já estão lá há muito mais tempo que Portugal e têm lá outras “âncoras” e que Portugal terá muita dificuldade em chegar onde os mesmos chegaram. Esta é uma batalha que têm que travar porque estão firmemente convictos que vale a pena, pois se assim não fosse, não a teriam executado. Como resultado desta viagem, assinaram um Protocolo de Geminação, entre o Município de Alijó e o Município de Saurimo, o qual está na sua posse e pede

ao Sr. Presidente da Mesa se digne autorizar que o mesmo conste da presente Acta, dispensando assim a sua leitura. Transcreve-se o mesmo na íntegra:

“PROTOCOLO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALIJÓ (PORTUGAL) E O MUNICÍPIO DE SAURIMO (PROVÍNCIA DA LUNDA SUL ANGOLA)

O Presidente da Câmara Municipal de Alijó e Governador do Governo da Província da Lunda Sul, considerando os fortes laços de amizade e de cooperação existentes entre os dois povos e a comprovada vontade de ambas as Partes em colaborarem solidariamente para o bem-estar dos seus cidadãos e o desenvolvimento das relações mútuas, manifestam a vontade de firmar um protocolo de Amizade e Cooperação entre o Município de Alijó e o Governo da Província da Lunda Sul.

São séculos de história a unir os povos de Portugal e de Angola, existindo um riquíssimo património histórico e cultural comum que urge preservar e proteger.

Impõe-se a cooperação entre as Partes, com base no respeito e na autonomia própria de cada uma delas, assumida de forma solidária e subsequente.

O Município de Alijó e o Governo da Província da Lunda Sul consideram o relacionamento entre os mesmos como possíveis e fundamentais componentes do processo de amizade entre o povo português e o povo angolano.

As duas entidades consideram de essencial importância e esperam que para além do seu relacionamento formal, este Protocolo de Amizade e Cooperação permita e contribua para o encontro ou reencontro entre as populações dos dois Povos.

O Presidente da Câmara Municipal de Alijó e o Governador do Governo da Província da Lunda Sul manifestam a sua vontade inquebrantável em desenvolver ao máximo as relações entre os dois Povos, como forma de consolidar a amizade e a solidariedade entre ambos, cimentada por séculos de história e cultura comuns.

NESTE CONTEXTO,

- Considerando a vontade das Partes em mobilizar, em torno desta parceria, esforços e iniciativas com vista a torná-la eficaz;

- Considerando o presente Protocolo, como uma forma de cooperação que facilita o envolvimento das populações, nomeadamente a sua participação em projectos de desenvolvimento local;

O Município de Alijó, representado pelo seu Presidente, Senhor Dr. José Artur Fontes Cascarejo

e

O Governo da Província da Lunda Sul, representado pelo seu Governador, Senhor Marceal Niji Satambi K. Itengo

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1.º**OBJECTO**

1 - O presente Protocolo de Amizade e Cooperação tem como objecto as seguintes áreas:

- * Actividade Económicas
- * Juventude
- * Educação
- * Saúde
- * Ambiente

- * Cultura
- * Formação
- * Desporto
- * Assessoria técnica

2 - O presente Protocolo visa promover o reforço das relações de amizade e cooperação entre Alijó e Lunda Sul bem como promover o desenvolvimento social e económico das populações respectivas.

ARTIGO 2.º

FORMAS DE COOPERAÇÃO

1 - A cooperação entre o Município de Alijó e o Governo Provincial de Lunda Sul desenvolver-se-á através de:

- * Encontros directos entre representantes das Partes;
- * Intercâmbios e encontros entre grupos populacionais, com particular destaque para grupos juvenis;
- * Acolhimento recíproco de estagiários nos serviços da administração;
- * Definição e realização de projectos de carácter social e económico;
- * Procura de financiamentos necessários para a realização dos projectos definidos em comum acordo;
- * Identificação de eventuais parceiros;
- * Apoio na elaboração de estudos;
- * Intercâmbio cultural e desportivo;
- * Troca de informação e de documentação técnica.

2 - Com vista à definição dos objectivos respeitantes aos projectos, as Partes poderão, em conjunto ou separadamente, ser assessoradas por especialistas.

3 - Com vista à concretização de cada um dos projectos, as Partes especificarão os parceiros com quem desejam associar-se.

4 - As Partes envidarão esforços com vista ao estabelecimento de relações directas de cooperação e intercâmbio entre as freguesias, associações e empresários dos respectivos territórios.

ARTIGO 3.º

DEFINIÇÃO DOS PROJECTOS – MÉTODOS DE TRABALHO

1 - Os projectos específicos serão definidos de comum acordo.

2 - Os projectos deverão inserir-se numa perspectiva de desenvolvimento e de intercâmbio a longo prazo, podendo igualmente incluir vertentes a curto e médio prazo, que poderão ser objecto de anexos ao presente Protocolo.

3 - Anualmente serão feitos os balanço e actualização à luz da evolução dos diferentes programas e projectos.

ARTIGO 4.º

ENTRADA EM VIGOR E DURAÇÃO

- 1 - O presente Protocolo entrará em vigor imediatamente após a sua ratificação pelos órgãos competentes.
- 2 - O presente Protocolo é válido por um período de 5 (cinco) anos renováveis tacitamente por iguais períodos.

ARTIGO 5.º

RESCISÃO

- 1 - O presente Protocolo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente, mediante aviso formal e oficial prévio com a antecedência mínima de 6 (seis) meses.
- 2 - A rescisão por mútuo acordo não dará direito a qualquer indemnização.
- 3 - A rescisão unilateral não dará lugar a qualquer indemnização, salvo se no caso de projectos em execução que não puderem ser concluídos dentro do prazo fixado pelo pré-aviso referido no n.º 1 do presente artigo.
- 4 - A forma de pagamento de eventual indemnização será objecto de acordo entre as Partes.

Celebrado em Saurimo, aos ___/___/___

Município de Alijó

Município de Saurimo

Dr. José Artur Fontes Cascarejo

Dr. Raul Luís Fernandes Júnior

Presidente da Câmara Municipal de Alijó

Administrador Municipal de Saurimo”.

Este protocolo não entra já em vigor porque carece de ratificação por parte do Governo Angolano e posteriormente irá convidar o Sr. Governador e o Sr. Vice-Governador da Província de Lunda Sul a visitarem o Concelho de Alijó, para aqui falarem da realidade do Concelho e da realidade deles e daquilo que pretendem. Este foi o abrir de uma porta que pretendem que continue aberta porque Angola é um país que viveu trinta anos em guerra, está apenas há três ou quatro anos em paz, é um país ainda instável mas com potencialidades que os Portugueses deviam ser os primeiros a tentar aproveitar. Informa que as maiores empresas de construção civil de Portugal já estão todas lá, tais como a Somague, Teixeira Duarte, Soares da Costa, etc porque aquele país está destruído, sendo necessário reerguê-lo, podendo ainda ser uma via da solução do problema económico não apenas do Concelho de Alijó, mas de Portugal. Relativamente à viagem aos E.U.A. esclarece que esta foi a convite da Comunidade Portuguesa residente nos E.U.A., mas também teve uma forte componente institucional, sendo desse ponto de vista indiscutivelmente a viagem mais rica, que realizou desde que está a exercer funções. Lembra que não tiveram um minuto de descanso, estiveram a trabalhar ininterruptamente desde as oito ou nove horas da manhã até às zero horas ou uma da manhã. Eram vinte horas diárias de trabalho e a banda que os acompanhou teve cinco concertos, com uma actuação soberba, mas para além dos concertos, quando iam a algum clube Português e restaurantes actuavam, estando assim quase sempre em actuação ininterruptamente. Esta foi uma afirmação do Concelho, da música e da Portugalidade como só quem alguma vez contactou com os emigrantes Portugueses poderá imaginar. Esclarece ainda que a única coisa que a Câmara Municipal de Alijó pagou, foram os bilhetes dos que viajaram institucionalmente. Foram recebidos em casa dos emigrantes e foram estes que os alimentaram e não os largaram um minuto, tendo para isso de abandonar o seu trabalho e todos aqueles que sabem como é a vida de um emigrante, sabem que

abandonar o seu trabalho, significa para além de gastar dinheiro, deixar também de o ganhar, porque na América ou se trabalha e se ganha dinheiro ou não se trabalha e não se ganha. Enaltece este sacrifício pessoal, profissional, económico e social da comunidade emigrante porque o fizeram com total voluntarismo. A língua de Camões é rica em adjectivos, mas nem estes encontram palavra alguma para poder qualificar a forma como foram recebidos pela comunidade Portuguesa e lembra que só oriundas do Concelho de Alijó, estavam 400 pessoas. Do ponto de vista institucional, informa que desfilaram à frente da Banda de Música de S. Mamede de Ribatua, na Ferry Street, a Avenida mais Portuguesa de todos os E.U.A., tal como fizeram outras Autarquias que foram convidadas por terem lá as suas comunidades, tal como a Autarquia de Marco de Canaveses, Baião, Albergaria a Velha, Espinho, entre outras. Este foi um momento de enorme satisfação porque foram recebidos pelo Mayor da referida cidade, trocaram correspondência, material de desenvolvimento turístico, tal como folhetos turísticos que entregaram ao Mayor. Informa ainda que estiveram com o Cônsul e com o Embaixador de Portugal, assim como com o Secretário de Estado do Comércio e do Turismo nesse mesmo evento, onde comemoraram o Dia de Portugal e das Comunidades. Lembra que, a seu ver, apenas uma coisa não correu como desejado, pois pelo facto de ter estado todo o dia em cerimónias oficiais, não teve oportunidade de assistir ao jogo entre Portugal e Angola. No entanto afirma que perdeu o referido jogo, com uma enorme alegria porque os valores que o fizeram perder o desafio, eram muito superiores ao próprio jogo. No dia seguinte foram para a Vila de Ossining, a qual é uma das que tem mais comunidade Portuguesa oriunda do Concelho de Alijó e participaram não apenas nas festividades da Vila como foram recebidos pelo Mayor, onde pela primeira vez na história dos E.U.A., um Mayor fez o desafio de fazer uma gemação entre a Vila de Ossining e a Vila Alijó. Indica que para os Mayor's, Presidentes da Câmara dos E.U.A., é importante fazerem gemações e intercâmbios entre culturas e pessoas e sobretudo num país como os E.U.A., multicultural, para poderem verificar o que tem a ver com a vida da nossa comunidade, nessa mesma realidade. Lembra que os emigrantes ficaram extasiados pela forma como foram recebidos, porque o facto de serem recebidos pelas autoridades locais onde eles trabalham como emigrantes, da forma como foram recebidos, valoriza-os do ponto de vista social, económico e até do ponto de vista do emprego. Pode ainda ajudar a resolver alguns problemas de legalização de

muitos dos emigrantes, porque muitos estão lá há cinco, dez, treze ou dezassete anos, ainda em situação ilegal, não podendo regressar ao seu país. Afirmam que não estão nada arrependidos em terem marcado presença de uma forma determinada e forte a este nível. Como resultado desta participação têm uma Proclamação do Mayor de Ossining em homenagem à Vila de Alijó, comparando ambas, pois a Vila de Alijó tem o Rio Douro e a Vila de Ossining tem o Rio Hudson; a Vila de Alijó está virada para o turismo e a Vila de Ossining também se quer virar para o turismo; a Vila de Alijó tem grande produção vitivinícola e em Ossining gostam muito dos nossos vinhos. Há um conjunto de razões que justificam esta proximidade entre os povos e falam também da Comunidade Portuguesa em Ossining. Esta Proclamação em honra da Vila de Alijó tem o nome de todo o Executivo que actualmente exerce funções na Vila de Alijó, tais como o Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vice-Presidente da Câmara, da Dra. Eduarda Sampaio, do Eng. Luís Azevedo, do Dr. Miguel Rodrigues, da Dra. Cristina Felgueiras e do Eng. Álvaro Heleno. Este foi o primeiro passo no sentido da referida geminação entre aquela Vila e a Vila de Alijó. Informa ainda a Assembleia Municipal que o Sr. Mayor, pela forma como estiveram presentes em todos os eventos, entregou-lhes a chave da Vila de Ossining, pela primeira vez entregue a uma autoridade de um país estrangeiro. Indica que o Sr. Mayor disse isto emocionado e lembra que todos ficaram igualmente emocionados com a referida entrega e quando o mesmo vier cá, vão procurar recebe-lo de forma tão digna como foram recebidos. Também o Senado de New Jersey lhes fez uma Proclamação da mesma natureza, a qual se traduz transcreve na íntegra: “PROCLAMAÇÃO DA VILA DE OSSINING, NOVA YORK EM HONRA DA VILA DE ALIJÓ

Considerando que a Vila de Alijó se situa ao longo do deslumbrante e esplêndido Rio Douro no grande Povo de Portugal e a Vila de Ossining está localizada ao longo do magnífico e majestoso Rio Hudson na grande nação dos Estados Unidos;

Considerando que muitos filhos e filhas de Alijó emigraram para a Vila de Ossining e trouxeram contribuições significativas para esta vila que adoptaram;

Considerando que a Vila de Alijó nasceu em 1226 e a Vila de Ossining foi criada apenas seis séculos mais tarde, em 1813;

Considerando que a Vila de Alijó é protegida pelos seus corajosos Bombeiros Voluntários e a Vila de Ossining é também servida pelo valente Departamento de Bombeiros Voluntários;

Considerando que a Biblioteca Municipal de Alijó funciona nesta vila como um centro de cultura e conhecimento e a Biblioteca Pública de Ossining é também um ponto fulcral na cultura e no conhecimento para as pessoas de Ossining e das Comunidades vizinhas;

Considerando que Alijó produz alguns dos melhores vinhos de Portugal e que Ossining os adquire; Nestes termos, eu Miguel José Hernández Torres, Mayor da Vila de Ossining, pelos poderes que me foram investidos e com a aprovação dos distintos membros, Catherine Borgia, Marlene Cheatham, Susanne Donnelly e William R. Hanauer, declaro o dia 17 de Junho de 2006 como o dia de Alijó por toda a Vila de Ossining como sinal de reconhecimento da nossa amizade.

Assim, a Chave da Vila de Ossining é confiada neste dia ao distinto Presidente da Câmara Municipal de Alijó, Dr. José Artur Fontes Cascarejo e aos Vereadores, Prof. Manuel Adérito Figueira, Eng. Luís Henrique Grácio Azevedo, Dra. Maria Eduarda Alves Ribeiro Sampaio, Dr. Luís Miguel Gonçalves Rodrigues, Dra. Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras e Eng. Álvaro Manuel Sampaio Heleno e ao Ilustre Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca e a todos os seus sucessores, como forma de expressar que as portas de Ossining estarão para sempre abertas a todos os cidadãos de Alijó.” Transmite ainda que a Fundação Bernardo Coutinho, a maior Fundação Portuguesa dos E.U.A. homenageou a sua presença com um quadro elucidativo, onde agradece a forma como participaram no evento e distribuíram uma Revista intitulada “ Encontro – Dia de Portugal”, onde constam mensagens e reportagens sobre várias Autarquias, incluindo a Autarquia de Alijó (página 28). **Finaliza introduzindo o Ponto Um da Ordem de Trabalhos. EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Abril (segunda quinzena), Maio e início de Junho. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** Até meados do mês de Junho do corrente ano a Câmara Municipal de Alijó tinha em dívida, sensivelmente, três milhões duzentos e cinquenta mil euros (€3.250.000,00). Se é verdade que a dívida aumentou, também é verdade que tem a sua natureza em

investimento, que sob a forma de empreitada se cifra em, aproximadamente, dois milhões e quinhentos mil euros (€2.500.000,00). Da diferença, importa ainda, o investimento realizado pela Câmara Municipal sob a forma de administração directa. Como vem sendo hábito, no final do passado mês de Maio, esta Câmara tinha liquidado todas as facturas de fornecedores do concelho, até então, e aos restantes as facturas com data de emissão até trinta (30) de Setembro do ano transacto. Ao nível dos empreiteiros, estão já feitos os cálculos dos valores mensais a pagar aos empreiteiros para o corrente exercício económico. Exceptuam-se os pagamentos de facturas de obras financiadas que, apesar de não existir qualquer recurso a capitais alheios são pagas dentro dos limites legais estabelecidos por lei. Tem-se verificado um enorme recurso ao *factoring* por parte de fornecedores e empreiteiros, mais destes últimos. No entanto, em nada se alteram as condições contratuais ou obrigações, uma vez que as facturas são vendidas antes de serem entregues a esta câmara. Apenas se toma conhecimento de que o titular do crédito foi alterado. Os empréstimos, anteriormente contratados, continuam a ser pagos de acordo com as cláusulas contratuais, tanto ao nível das amortizações como dos juros. **2 – Actividade do Município: a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:** a – Actividade cultural

Biblioteca Municipal

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>
Abril (a partir do dia 18)	3	89	9
Maio	1	236	8
Junho (até ao dia 16 inclusive)	1	134	5

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>
------------	---------------------------	----------------------------	----------------------------

Abril (a partir do dia 24)	9	290	10
Maio	131	1078	6
Junho (até ao dia 16 inclusive)	6	587	7

ACTIVIDADES REALIZADAS: Continuação do Projecto “Desafios”, Continuação do Projecto “A Casa dos Livros”;
Dia 19 de Junho: Acção de Formação “As histórias e os livros” orientada por Mafalda Milhões, destinada aos Educadores dos Jardins-de-infância que participaram no projecto “A Casa dos Livros”. Dias 20 e 21 de Junho – Sessão de Encerramento do Projecto “A Casa dos Livros” - Sessão de contos “Uma caixa de histórias” destinada às crianças dos Jardins de Infância que participaram no Projecto “A Casa dos Livros”, orientada por Mafalda Milhões. Dias 21 e 22 de Junho – Sessão de Encerramento do Projecto “Desafios”. - Sessão de contos orientada pelo contador de histórias António Fontinha e destinada às crianças do 1.º Ciclo do Concelho. Local: Biblioteca Municipal: - Entrega de prémios aos alunos vencedores e participantes do Projecto “Desafios”. Local: Auditório Municipal

Abril	
Actividade	N.º de espectadores
O Segredo de Brokeback mountain	39
O Castelo Andante	34
Saw II - A Experiência do Medo	78
Memórias de uma Gueixa	71
North Country - Terra Fria	51
Syriana	54
Toma Zé que já almoçaste	214

Maio	
Actividade	N.º de espectadores
Moulin Rouge	100
Scary Movie 4	78
Instinto Fatal 2	46

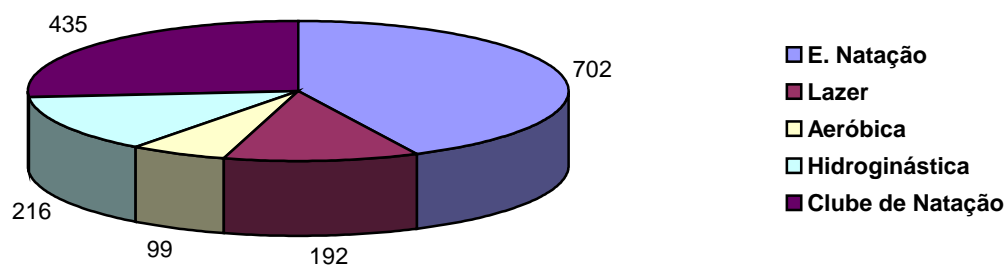
Efeito Laranja	260
Infiltrado	79
Bambi 2	63
Coro e Orquestra da ESEB	65
Underworld	70
The Symphonyx	The Symphonyx

Junho	
Actividade	N.º de espectadores
Hostel	32
Idade Do Gelo 2 - Descongelados	91
Tarzan 2 - filme escola do Pinhão	90
Missão Impossível M:I - 3	71
A sopa Juliana	85

Espaço Internet: Abril: 2109 utilizadores, Média de idades: 20; Maio: 2814 utilizadores, Média de idades: 19; Junho: 1625 utilizadores * Média de idades: 19 (* até 18 de Junho), Formação: Mini cursos de informática para adultos: 26 alunos; Net kids Páscoa – informática para os mais novos: dos 6 aos 10 anos: 21 alunos. b – Actividade desportiva: Actividades de carácter contínuo. Escola de Natação – continuação das actividades da Escola que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos) que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step, Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico mas também a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo

sempre presente. “Actividades aquáticas para Idosos”. São enquadradas semanalmente por professores com formação específica, em trabalho com idosos e populações especiais. Este projecto funciona com um Centro de Dia do Concelho e pretende-se que num futuro próximo possa ser alargado a todos os Centros de Dia interessados. Boccia para a Idade Avançada – Apoio técnico aos Centros de dia que mantêm esta modalidade como forma de ocupação e para manter a actividade dos seus idosos. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade a funcionar todos os sábados de manhã é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Escola de patinagem – Esta actividade possibilita que os alunos da EFDM e outros tenham uma continuidade da prática da patinagem e posteriormente evoluir para um clube da modalidade. Esta actividade é uma parceria da Associação de Patinagem do Porto e Câmara Municipal de Alijó. Actividades Pontuais: Dia 3 de Maio - Torneio Regional (Norte) de Primavera da ANDEM. Esta foi uma actividade de carácter competitivo, que fez deslocar a Alijó uma elevado número de atletas de populações especiais. Foi uma prova marcada pela boa disposição e entusiasmo dos praticantes. Dia 13 e 14 de Maio - Final a quatro da Taça Nacional de Basquetebol (Juniões Femininas). Uma organização conjunta da Câmara Municipal de Alijó e Federação Portuguesa de Basquetebol. Dia 21 de Maio – Festand Clubes. Organização conjunta da Câmara Municipal de Alijó e Associação de Andebol de Vila Real. Esta actividade contou com a presença de cerca de 70 atletas de vários clubes do Distrito de Vila Real. 28 de Maio – Festand do Bugalho. Esta actividade foi organizada pela Associação de Andebol de Vila Real e “O Bugalho”. A Escola de Formação desportiva Municipal de Alijó fez-se representar neste encontro com cerca de 30 atletas. -Piscinas Municipais

Entradas no Complexo para utilização da Piscina



Abril 2006

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	702
Lazer	230
Aeróbica	153
Hidroginástica	162
Clube de Natação	407
TOTAL	1654 Entradas

Maio 2006

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	684
Lazer	180
Aeróbica	171
Hidroginástica	175
Clube de Natação	427
TOTAL	1637 Entradas

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm desenvolvidos diversos esforços nesse sentido. As intermediárias continuam a desenvolver todas as actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, Centro Nacional de Eleições, Segurança social, requisições diversas à Câmara Municipal, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. Uma das actividades mais procuradas nos

GAC continua a ser a pesquisa e navegação na Internet, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os GAC, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:

GAC	Abril	Maior
Carlão	425	400
Pinhão	493	413
Sanfins do Douro	514	280
Vilar de Maçada	745	989

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Abril: * Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de trinta e seis portugueses, quatro ingleses, três belgas, três norte-americanos, quatro holandeses, três espanhóis, cinco alemães, um francês e um brasileiro; * Prestação de informação turística documental a entidades várias. * Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Maio: * Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e sete portugueses, onze ingleses, seis belgas, três norte-americanos, quatro holandeses, um espanhol, sete alemães, um canadiano, um brasileiro, quatro australianos e um checo; * Prestação de informação turística documental a entidades várias; * Continuação do Curso de Pintura a Óleo; * 15 de Maio - Início do Estágio de 6 formandos do Curso da Rota do Azeite. Junho: * Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço até à data de 19 de Junho de 2006 de dez portugueses, dois ingleses, um belga, um norte-americano, cinco holandeses, quatro alemães, dois australianos, dois franceses e um sueco; * Prestação de informação turística documental a entidades várias. * Continuação do Curso de Pintura a Óleo. * Continuação do Estágio de 6 formandos do Curso da Rota do Azeite. **c – Obras e Intervenções Municipais:** *

Colocação de contadores e ramais de água, reparação de rupturas de água e cortes de água clandestina; * Corte de mato e limpeza de valetas de diversas estradas; * Calcetamento de passeios e ruas em diversas localidades do concelho; * Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; * Colocação de sinalética vertical e horizontal no concelho; * Limpeza de fossas e redes de saneamento; * Reparação de diversas escolas do 1.º ciclo do ensino básico; * Desentupir saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Distribuição de briquetes pelas escolas; * Limpeza de lixeiras; * Colocação de bóia em depósitos; * Colocação de tubos em PVC 0.75 em condutas danificadas; * Remoção de entulho; * Reparação de casa pré-fabricada no Bairro do Hospital; * Distribuição de leite escolar pelo Agrupamento de Alijó; * Abertura de vala para depósito de água; * Colocação de várias adufas; * Montagem e desmontagem de palcos; * Transporte de cães do Franzilhal e Santa Eugénia para o canil de Lamego; * Colocação de tampas de saneamento; * Reparação de um tubo de água no Tribunal; * Obras na cantina e casas de banho; * Reparação de loja no Mercado Municipal; * Auxílio, com as máquinas, aos bombeiros em incêndios; * Colocação e substituição de candeeiros e projectores; * Pintura de estradas; * Construção de uma pista para a rota dos bombeiros; * Demolição de escola pré-fabricada em Vilar de Maçada; * Reparação da pista de Trial Aventura 4X4 RTP; * Limpeza de depósitos; * Colocação de prumos para placares referentes a fogos e florestas; * Transporte de material para cursos a realizar em Alijó; * Colocação de bancos em Alijó, Granja e Presandães; * Restauro de portas e janelas do edifício da Câmara Municipal; * Colocação de lâmpadas em gabinetes do edifício da Câmara Municipal - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** * Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 2ª Fase (Povoações do Alto do Póculo e Favaios); * Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 1ª Fase (Povoação de Vila Chã); * Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 2ª Fase (Povoação de Vale de Mendiz); * “Controlo Analítico da Qualidade da Água”; * Estádio Delfim Magalhães – Requalificar e Arrelvar com Relva Sintética o Campo de Futebol; * Projecto de Construção da Variante Favaios/Nascente; **Fornecimento:** * Remodelação de Redes de Iluminação Pública no Concelho de Alijó; **d – Acção Social, educação e saúde pública:** a – Acção Social* Atendimento / Encaminhamento de situações; * Apoio psicossocial; * Apoio psicológico a crianças e jovens em risco ou em situação de carência económica; * Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliarias); * Internamento de crianças em risco em instituições de acolhimento; * Aprovação do Projecto ”NOVOS RUMOS” – Candidatura ao Programa Progrida - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó. Este projecto: - Terá início a 3 de Junho de 2006 e dependendo do orçamento de Estado destinado para esta Medida, poderá ter duração até Dezembro de 2009;- Tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO para deficientes; - A equipa técnica é constituída por 5 elementos, respectivamente: um Administrativo, um Assistente Social, um Professor, um Sociólogo, e um Economista. Apoio a Idosos e Deficientes. - Dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas Técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais

solicitados, tais como cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De forma a rentabilizar estes equipamentos, adoptou-se a modalidade de empréstimo, sempre que as famílias deixem de os necessitar são devolvidos a Autarquia para serem emprestados a outros idosos. Assim, procedeu-se a: - Atribuição de uma cama hospitalar tripartida e um colchão anti-escaras (1 Pegarinhos). Até ao momento encontram-se emprestadas 19 camas hospitalares, no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde e Vilar de Maçada, S. Mamede, Pegarinhos); - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados do Concelho; - Atribuição de uma cadeira de rodas a idosa (Vilarinho de Cotas). Até ao momento encontram-se emprestadas 15 cadeiras, no Castedo, Alijó, Carlão, Favaio, São Mamede, Vila Chã, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada, Vilarinho de Cotas). Apoio à Habitação - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos (duas situações – 1 Vila Chã, 1 Casal de Loivos)- Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; - Entrega de uma habitação pré-fabricada no Bairro do Lameirão – Alijó, a família que está a ser acompanhado pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; - Abertura de concurso para uma foga que vagou no Conjunto Habitacional de Alijó. - Programa “SOLARH”: N.º de processos concluídos – 13; N.º de processos entrados – 0; N.º de processos aprovados – 4; N.º de processos aprovados e que se encontram em fase de obras – 3; N.º de processos a aguardar aprovação – 1; N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0; N.º de processos indeferidos – 0; N.º de processos suspenso – 0; N.º de desistências – 0. Apoio na Saúde: - Integração socioprofissional de toxicodependentes – Programa Vida - Emprego. Até ao momento já concluíram o Programa vinte utentes que ficaram afectos aos quadros das empresas onde iniciaram o Programa, à excepção de um por decisão própria. Neste momento, estão em acompanhamento: Estágio Profissional de Integração Sócio - Profissional – 3; Processos em preparação – 1; Medida “Apoio ao Emprego” – 3; Processos cancelados – 0; Processo concluído a aguardar resposta para integração – 1; Processo concluído com integração plena – 2; Processo concluído sem integração – 1; Apoio Acção Social escolar: Apoio no transporte escolar de crianças com deficiência, que frequentam estabelecimentos especializados, APPCDM de Sabrosa e APPC de Vila Real; Apoio no alojamento de crianças na Residência Escolar da Granja. b - Educação: * Preparação do concurso de transportes escolares; * Preparação do programa de Enriquecimento Curricular para o 1.º Ciclo do Ensino Básico; * Conclusão das obras para instalação do aquecimento central a Biomassa Florestal na escola e Jardim-de-infância de Favaio; * Implementação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês para todos os alunos do 3º e 4º anos de escolaridade do concelho de Alijó; * Candidatura ao Programa de Apetrechamento Informático das Escolas do Ensino Pré-Escolar (Pós-Conhecimento); * Projecto para instalação de banda larga em todas as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho;* Distribuição de leite escolar pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos;* Distribuição de briquetes pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos;* Transportes escolares, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade;* Transporte das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico provenientes das escolas que encerraram em virtude do

reordenamento da rede escolar; * Cedência de transporte para visitas de estudo dos alunos de todas as Escolas do concelho; * Cedência de transporte para Desporto Escolar da Escola Secundária de Alijó, Escola EB 2,3 de Alijó e Escola EB 2,3 do Pinhão; * Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); * Cedência de transporte a todos os deficientes do concelho para a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Vila Real e Associação Portuguesa de Pais de Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa (transporte diário e transporte semanal);* Pagamento das verbas atribuídas às Juntas de Freguesia para limpeza e material de desgaste das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância; * Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; * Desinfestação e limpeza de recintos escolares; * Projecto de Instalação de um coberto no parque de estacionamento dos autocarros; * Divulgação de iniciativas e actividades promovidas por várias entidades junto dos Agrupamentos Verticais de Escolas de Alijó e do Pinhão e da Escola Secundária de Alijó; * Projecto para instalação de sistema de aquecimento central na Escola EB 1 de Favaios; * Pagamento do almoço das crianças do pré-escolar às entidades que fornecem almoço às crianças do pré-escolar público (crianças dos infantários de Alijó, Granja, Presandães, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Vila Chã, Santa Eugénia e Vilar de Maçada); * Colocação de Auxiliares de Acção Educativa nos Infantários Públicos – prolongamento de horário (Alijó, Castedo, Favaios, Granja, Pinhão, Pegarinhos, Presandães, Santa Eugénia, S. Mamede de Ribatua, Vila Chã, Vilar de Maçada e Vilarinho de Cotas); * Colocação de uma Auxiliar de Acção Educativa para apoiar os alunos provenientes de outras localidades que frequentam a EB 1 de Vila Verde à hora de almoço;* Colocação de pessoal (através do Instituto de Emprego, no âmbito do Programa de Carenciados) na Ribalonga, Vila Verde e Carlão para dar apoio aos alunos provenientes das Escolas que encerraram em virtude do Reordenamento Escolar (Freixo, Perafita, Jorjais, Jorjais de Perafita, Souto de Escarão, Franzilhal, Casas da Serra, Rapadoura) * Colocação de Auxiliares de Acção Educativa para apoio ao fornecimento de almoços na Escola 1º CEB de Alijó; * Pagamento do almoço das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico provenientes de escolas que encerraram em virtude do Reordenamento da Rede Escolar; * Fornecimento de equipamento imobiliário e material didáctico em alguns Jardins-de-infância públicos e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; * Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (cedência de técnicos para acompanhamento de casos, cedência de instalações, cedência de viatura, apoio logístico). * Apoio ao Ensino Recorrente e Extra-Escolar – apoio logístico e material didáctico e de desgaste; c – Saúde Pública: - Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarché; - Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, e de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a veículos de venda ambulante de produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5

canídeos em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara Municipal de Alijó; - Recolha de cadáveres de aves e posterior envio para o Laboratório Veterinário de Mirandela, no âmbito do Plano de Vigilância da Gripe Aviária; - Participação no recenseamento das capoeiras domésticas, com deslocações a sede de Junta de Freguesia, a fim de participar no recenseamento e contribuir para tirar dúvidas que possam surgir no seio da população, no que toca à problemática da gripe aviária; - Início da campanha de vacinação anti-rábica; - Prestação de colaboração com a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, na área da Inspeção Sanitária de carnes, em matadouros pertencentes à área de jurisdição;

e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – Santa Eugénia (Sector Agro-Pecuário)	. GADL; . Agricultor/Potencial produtor.	. Acompanhamento de projecto em análise para produção de fumeiro.	. Reunião de trabalho com o agricultor.
Concelho de Alijó – Alijó (Sector Artesanato)	. GADL; . Artesã	. Acompanhamento de projecto em análise.	. Reunião de trabalho com a artesã.
Concelho de Alijó – Alijó (Sector Comercial – Comercialização de fumeiro)	. GADL; . Promotores; . Empresa de Consultoria (SPA/GLOCAL)	. Aconselhamento sobre recursos a incentivos disponíveis para a criação do seu próprio emprego.	. Reuniões de trabalho com os potenciais promotores, Técnicos do GADL e SPA (empresa que efectua enquadramento dos projectos propostos e formação aos potenciais promotores).

Concelho de Alijó – Pópulo (Produtos regionais – Criação de Porcos da raça Bisara – raça autóctone)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Promotores; . Empresa de Consultoria (SPA/GLOCAL) 	<ul style="list-style-type: none"> . Acompanhamento de projecto de produção de raça bisara em regime semi-extensivo. 	<ul style="list-style-type: none"> . Visita de trabalho de forma a acompanhar a fase final de construção das edificações.
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó Proc. DGRF n.º 2596)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; 	<ul style="list-style-type: none"> . Criação de condições para ver aumentado o nº de exemplares de perdiz vermelha. 	<ul style="list-style-type: none"> . Acompanhamento periódico dos bandos, de todos os comedouros distribuídos pela ZCMA e pontos de água interessantes para a caça; . Registos de todos os bandos de perdizes, efectuados em fichas de controlo.
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó Proc. DGRF n.º 2596)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; 	<ul style="list-style-type: none"> . Criação de condições para ver aumentado o nº de exemplares de coelho bravo. 	<ul style="list-style-type: none"> . Repovoamento da ZCMA com 500 exemplares de Coelho bravo; . Fase final das obras de beneficiação do Posto de Reprodução de coelho bravo com objectivo de aumento de produção, criando condições em regime de cativoiro o mais idêntico ao regime livre (ambiente natural); . Início da realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados.
Concelho de Alijó – (Sector Pesca – Zona de Concessão de Pesca Desportiva na Albufeira da Barragem de Vila Chã)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . DGRF 	<ul style="list-style-type: none"> . Renovação da Concessão da Zona de Pesca Desportiva da Barragem de Vila Chã. 	<ul style="list-style-type: none"> . Reunião de Trabalho com o Técnico da DGRF responsável pela Divisão da Pesca; . Pedido fundamentado para renovação (memória descritiva).

Concelho de Alijó – (Sector Pesca – Zona de Concessão de Pesca Desportiva na Albufeira da Barragem de Vila Chã)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . DGRF 	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento do n.º de espécies piscícolas na Barragem de Vila Chã. 	<ul style="list-style-type: none"> . Reunião de Trabalho com o Técnico da DGRF responsável pela Divisão da Pesca; . Estudo das Condições de Repovoamento com truta arco-íris.
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó (Sector Florestal e Protecção Civil)	<ul style="list-style-type: none"> . Presidente da Câmara Municipal . Vice-Presidente da Câmara Municipal (responsável pela Protecção Civil do Concelho); . Representantes dos B_s.Vs. do Concelho; . Comandante Operacional Distrital; . Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Alijó . GADL; 	<ul style="list-style-type: none"> . Preparação da época critica no que concerne aos incêndios florestais; . Discussão de algumas medidas à disposição para melhorar a Protecção Civil do Concelho; . Discussão da norma Operacional a implementar no Terreno. . Discussão de algumas propostas para aperfeiçoar as acções ligadas à Protecção Civil. 	<ul style="list-style-type: none"> . Reunião de Trabalho com vista à operacionalização dos meios em caso de incêndio florestal.
Concelho de Alijó (Sector Florestal e Protecção Civil)	<ul style="list-style-type: none"> . CDOS; . GADL; 	<ul style="list-style-type: none"> . Organização de acção de sensibilização e exposição para toda a população do Concelho de Alijó, sobre Protecção Civil e Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> . Exposição alusiva ao tema da Protecção Civil no Concelho de Alijó, realizada no Auditório Municipal de Alijó.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Todas as Escolas do Concelho; . Todo o Executivo do 	<ul style="list-style-type: none"> . Terminus do Concurso “Alijó na Defesa da Floresta” 	<ul style="list-style-type: none"> . Entrega de Diplomas finais relativos aos participantes bem como de t-shirts e bonés .

	município.		
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios.	. Aprovação da candidatura ao Fundo Florestal Permanente.	. Reunião de Trabalho com avaliação da candidatura perante votação das entidades presentes (Unanimidade).
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GADL.	. Entrega da candidatura nos serviços do IFADAP.	. Entrega da candidatura nos serviços do IFADAP.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. Junta de Freguesia de Alijó e do Pópulo; . GADL;	. Completar candidatura ao Programa Agro.	.Elaboração de pedidos de parecer em falta (ao IFADAP e Serviços Florestais bem como à Divisão de Obras; Entrega de Documentos nas Entidades.
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó (Sector Florestal) – Junta Freguesia de Vilar de Maçada	. GADL; . Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada.	. Ordenamento florestal dos baldios geridos pela Junta de Freguesia.	. Reunião de Trabalho com vista ao aconselhamento das melhores formas de recorrer aos fundos comunitários para revitalização dos baldios geridos pela Junta de Freguesia.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GADL; . Instituto Português da Juventude (IPJ).	. Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios; . Monitorização das áreas ardidas do Concelho, Flora e Fauna de Alijó.	. Elaboração de Candidatura ao Voluntariado Jovem para as Florestas (<u>Aprovadas 4 Acções</u>).
Concelho de Alijó – Sector Florestal	. GADL;	. Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios; . Monitorização das áreas ardidas do Concelho, Flora e Fauna de Alijó.	. Delegação de formação aos jovens participantes nas acções de sensibilização da população e Limpeza de parques de merendas e vigilância (por parte dos técnicos florestais do GADL); . Abertura de Contas Bancárias e entrega de material necessário à realização das acções.
Concelho de Alijó (Sector Florestal) – V.	. GADL; . Bombeiros Voluntários do Concelho de Alijó;	. Aumentar a eficácia e a eficiência no combate aos incêndios florestais no Concelho de Alijó	. Colaboração com os Bombeiros presentes no Teatro das Operações ao nível de apoio logístico e da

Maçada; Sr. ^a da Cunha; S. Mamede de Ribatua; Balsa; Freixo.	. Comandante Operacional Distrital.		coordenação dos corpos de bombeiros presentes.
Concelho de Alijó	. GADL;	. Melhorar o combate aos incêndios florestais.	. Levantamento de todas as máquinas pesadas que se podem revelar essenciais ao combate aos incêndios.
Concelho de Alijó	. GADL;	. Melhorar o combate aos incêndios florestais.	. Elaboração do Plano Operacional Municipal (POM) e envio aos serviços florestais
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – Alijó; Pegarinhos; Carvalho; (Sector Florestal)	. GADL; Agricultores/Produtores Florestais	. Regularização da situação dos terrenos com aptidão florestal.	. Visitas aos terrenos e reuniões de trabalho com acompanhamento dos proprietários aos serviços do IFADAP com vista à regularização dos terrenos e à realização do parcelário dos mesmos.
Concelho de Alijó – Sector Florestal	. GADL;	. Melhorar o combate aos incêndios florestais.	. Elaboração do Plano Operacional Municipal (POM) e envio aos serviços florestais.
Concelho de Alijó – Sector Florestal	. GADL;	. Melhorar as vias de acesso ao Concelho de Alijó.	. Levantamento perimetral e entrega à “EP” dos troços de estradas pertencentes à EP, nos quais é de todo o interesse a limpeza da faixa de 10 metros (ambos os lados) como forma de reduzir o risco de propagação dos incêndios florestais.
Concelho de Alijó - Turismo	. GADL; . Bombeiros Voluntários de Alijó.	. Realização do Passeio Todo-o-Terreno “Alto Douro Vinhateiro”.	. Levantamento Perimetral do percurso a ser realizado pelos participantes de todo o País; . Colaboração com os B.V. de Alijó no processo de organizativo.

Outras actividades relevantes: * Celebração do Protocolo de Amizade e Cooperação entre o Município de Alijó e o Município de Saurimo – Província de Lunda Sul – Angola. * Preparação da celebração do Protocolo de Geminação e Declaração de Cooperação Mútua entre o Município de Alijó e o Município de Osinning dos Estados Unidos da América, no âmbito da qual decorreu uma cerimónia de entrega da Chave da Vila de Osinning à Vila de Alijó. Alijó, 21 de Junho de 2006, O Presidente da Câmara: José Artur Fontes Cascarejo, Dr." -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Apela ao poder de síntese dos Srs. Deputados e dá a palavra ao Sr. Vereador Prof. Manuel Adérito Figueira: -----

-----**VEREADOR ADÉRITO FIGUEIRA:** Inicia esclarecendo que vai ser o mais sintético possível e pede aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia que, caso pretendam alguma resposta mais directa, podem dirigir-se ao seu gabinete, após a Sessão da Assembleia Municipal. Esclarece que pretende salvaguardar uma situação relativamente às intempéries, pois não ficaria bem com a sua consciência se na presente Assembleia não a focasse. Trata-se assim do trabalho, dedicação e empenho posto em todo o processo, directamente com os agricultores do Sr. Eng. Carlos Jorge, pessoa do Concelho e membro da Direcção Regional de Agricultura. Em nome da Câmara agradece o seu empenhamento, pois foi muito útil para que o apoio aos agricultores chegasse o mais rápido possível. Relativamente ao canil esclarece que esteve no dia 29 de Junho numa reunião, na Associação de Municípios Vale Douro Norte, onde foi informado que relativamente à candidatura do canil houve um erro. Indica ainda que houve um erro inicial no primeiro concurso, tendo assim que lançar outro, que está em fase final, prevendo-se o início da sua execução o mais breve possível. Relativamente à questão dos lixos, informa que estão a atravessar um momento transitório, em que houve um concurso com a empresa Serurb pois estava a terminar o prazo, tendo assim de abrir novo concurso. Na referida reunião também foi informado que a Serurb vai continuar a desempenhar os serviços na Associação de Municípios do Vale Douro Norte, o que a seu ver é óptimo, pois existia um conjunto de decisões a nível de trabalhos que teriam de ser executados para melhoramento dos serviços, os quais estavam a aguardar. Solicita aos Srs. Presidente de Junta de Freguesia que dêem informação o mais rápido possível, se assim o entenderem, sobre a futura mudança de localização de ecopontos e necessidades de contentores. Estes dados serão fornecidos à referida empresa para serem contemplados para o futuro, assim como todos os problemas que se verifiquem para que possam ser rectificadas. No que concerne às estradas nomeadamente Carlão – Franzilhal, S.

Mamede de Ribatua – Safres e estrada do Castedo até ao rio, esclarece os Srs. Presidente de Junta de Freguesia que “nada corre como gostávamos” e se fosse possível fazer obras num abrir e fechar de olhos, seriam os primeiros interessados em executá-las dessa forma. Infelizmente, tal não acontece. Muitas vezes os empreiteiros enganam e obrigam a mentir pois transmitem informações que o próprio empreiteiro forneceu. Indica que a informação recente que possui é que na próxima segunda-feira, ele está nas estradas para recompor a camada de touvenant e iniciar a colocação do tapete. Dirige-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, relativamente ao saneamento na Chã, indica que foi a Câmara Municipal que teve em atenção que as Águas de Portugal iriam rasgar a estrada, no sentido da vertente do Pópulo, para substituir a adutora da água e para menor despesa da Câmara, aproveitaram a abertura da referida vala para colocar o tubo do saneamento. Indica que as Águas de Portugal não se comprometeram com mais nada e as travessias e caixas de ligação às habitações, terá que ser a Câmara Municipal a organizar o respectivo processo, pôr a obra a concurso e executa-la. Relativamente ao relacionamento com as empresas públicas, esclarece que o relacionamento pessoal com as mesmas é bom, mas o relacionamento institucional, ou seja, fazê-los cumprir as obrigações, é muito difícil. A lei obriga-os sempre a terem que mexer com alguma coisa como por exemplo, em Casal de Loivos, a EDP esqueceu-se que era Património da Humanidade e queria colocar lá uma linha de média tensão, sem dar informação à Autarquia, quando a própria lei os obriga a isso. Esta é uma situação difícil para a Câmara Municipal. Relativamente ao concurso da recolha de lixos esclarece que, concorreu uma empresa ligada às Águas de Portugal e juntamente com o Sr. Presidente da Câmara, tomou uma posição radical relativamente a isso, pois indica que “estão fartos de empresas públicas” que fazem tudo como se fossem os únicos a administrar, “sem darem satisfações a ninguém”. O que eles fizeram foi da auto recriação deles, não deram conhecimento a ninguém e no dia anterior verificaram falta de água em Favaios, Granja e Alijó, porque os Srs. que estão a fazer a nova Estação de Tratamento de Água resolveram fechar a torneira. Os depósitos esvaziaram e só se aperceberam da situação quando a população começou a telefonar para a Câmara, questionando sobre a falta de água. Informa que tiveram que os ameaçar com uma queixa para o Ministério Público, caso voltassem a cometer o mesmo acto. No que diz respeito ao Aeródromo “se o pregador não mentir”, segunda ou terça-feira,

chega o projecto de ampliação do mesmo. Explica que o projecto do Aeródromo não é igual aos projectos de obras do Município, pois tem especificações técnicas muito rigorosas, quer a nível de segurança, quer a nível de pavimento ou condições para as aeronaves. Indica ainda que tiveram que mandar fazer o processo de candidatura da obra, a uma empresa especializada na matéria, em Lisboa. No que diz respeito ao Plano Director Municipal, indica que pretendem que este seja o mais completo possível. Pretendem incluir no mesmo, as propriedades que pertencem à Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, assim como todos os baldios, os quais alguns já têm levantamento feito. Informa que vai colocar o Eng. José Carlos, com o GPS a fazer o levantamento de todos esses terrenos para que constem no Plano Director Municipal e não aconteçam situações, principalmente a nível de baldios, como já se verificou, porque uns são feitos com escrituras de justificação e passaram para particulares, outros foram feitos com escrituras de justificação e passaram para a igreja e ainda outros alegaram os marcos. Para evitar estas situações vai ser feito o levantamento, colocado no Plano Director Municipal, publicado em Decreto – Lei. Solicita aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia que prestem apoio ao Sr. Eng. José Carlos sempre que este o solicite, acompanhando-o aos terrenos, para que sejam marcados rigorosamente os baldios ou terrenos públicos. Relativamente à fossa, indica que no dia anterior verificou uma situação caricata, pois apareceu um guarda-florestal a multar a Câmara Municipal, com um Auto de Contra – Ordenação, porque uma fossa está a verter. Considera que é uma vergonha a falta de respeito institucional, uma falta de pedagogia por parte destas pessoas que se “armam por terem umas divisas em cima do ombro” e se dirigem a uma instituição tão ou mais digna que a deles, pois quem está na Câmara Municipal, foi eleito directamente pelo povo. Indica que aceitava que chegassem à Câmara Municipal, informassem da situação e sugerissem que a mesma fosse resolvida. Indica ainda que relativamente à fossa indicada pelo Sr. Deputado, lembra que já foram avisados há muito tempo, mas tem havido trabalhos de rupturas provocados por essas obras, que estão a ser feitas pelas Águas de Portugal, onde têm ocupado funcionários das água e saneamento, praticamente a tempo inteiro. Desta forma ainda não teve possibilidade de resolver a situação da fossa, contudo logo que seja possível, será resolvida, porque não está esquecida. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições para eventuais rigores de apreciação e comentários. Solicita a melhor compreensão em termos de tempo, pois já ultrapassaram o tempo do Período Antes da Ordem do Dia. Este será um dos Pontos que terá de ser alterado no Regimento da Assembleia Municipal, pois não pretende ser antipático com ninguém e apela ainda ao bom senso de cada um. Inscreveram-se os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Agradece ao Sr. Presidente a oportunidade concedida para esclarecer o Sr. Deputado, pois as suas palavras não foram de antipatia, antes pelo contrário, pois tem por ele uma grande admiração de há muitos anos. Indica que foi apenas com o intuito de poder voltar a um assunto que tinha sido discutido na passada Assembleia Municipal, que foi votado por membros do Partido Socialista e alguns Presidentes de Junta de Freguesia votaram a favor do fecho das escolas na passada Assembleia Municipal, agora reclamam e manifestam-se contra o encerramento dessas escolas. Acha esta questão tão importante que deveria ser feita uma Assembleia Municipal Extraordinária, exclusivamente para debater este assunto e suas consequências, porque vai criar nas crianças uma saída prematura do convívio da família e um desenraizamento de tal forma grande que dificilmente fica apegado ao lugar onde nasceu. Isto já acontece hoje com os estudantes do ensino secundário que, normalmente não voltam para as aldeias e vão para outros lados. O mesmo irá acontecer com a escola secundária que não irá ter alunos no Concelho. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** A sua intervenção vai no sentido de agradecer a solidariedade manifestada por alguns Srs. Deputados e pelo Sr. Presidente da Câmara em relação à sua pessoa, mas como todos devem compreender, não pode dizer mais nada relativamente a esta matéria. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara, lembrando que não se pronunciou sobre a notícia do transvaze da água existente na alagoa da Chã para o reservatório artificial criado no Aeródromo. Em total coerência com o que afirmou na sua primeira intervenção e no que concerne à solidariedade entre Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, refere-se também ao seu colega de S. Mamede de Ribatua, quando falou dos “monstros” e lixos que proliferam por tudo quanto é canto no Concelho de Alijó. Refere-se ainda ao estrangulamento de caminhos e desvios de águas, tornando-os no Inverno, em autênticos ribeiros.

Estes são os verdadeiros problemas dos Presidentes das Juntas de Freguesia e não acredita que nenhum colega seu procure os problemas, para além dos prejuízos que causam à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Esta é a realidade dos Presidentes de Junta de Freguesia, pois uma vez eleitos, têm a obrigação de defender dos aventureiros, o que é de todos. É por isso que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia teve o problema que todos têm conhecimento e outros Presidentes de Junta de Freguesia têm problemas dessa mesma ordem. Nem sempre da parte da Instituição Câmara, há a entreatada aos Presidentes de Junta de Freguesia, na resolução dos mesmos, pelo contrário, nalguns casos até há alguma omissão comprometedora. Indica ainda que é esse o problema das Juntas de Freguesia e é essa a solidariedade que pretendem. Refere que há Deputados que na Assembleia Municipal defendem tudo, tal como o rigor, a solidariedade com a Câmara Municipal e quando vão para a rua, são os primeiros a aconselhar os aventureiros. Pede que sejam coerentes e não podem ser Deputados na Assembleia de uma forma e quando saem agir de forma contrária. O Sr. Vice – Presidente referiu, e bem, os baldios e os espaços públicos que estão a ser permanentemente estreitados, pois o que deixa de ser público, nunca mais volta a ser. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que não referiu o transvaze porque tal como relativamente a outras matérias que são da específica gestão do Sr. Vice – Presidente, remeteu para o mesmo a resposta à referida situação. Afirma ainda que desconhece em absoluto o que referiu relativamente àquela matéria. No que diz respeito à questão do lixo, caminhos e desvios de água, indica que respondeu na sua intervenção genericamente. No que concerne à entreatada entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, refere que afirmou que entre todas as instituições, desde que haja um clima são, saudável e de abertura de parte a parte, os problemas são ultrapassados. Se eventualmente existirem alguns problemas, sugere que se “sentem à mesa para os resolver”. Informa que da sua parte sempre esteve disponível, tal como o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Vila Chã tem conhecimento, até por experiências do passado e continua disponível. No entanto para algo mais concreto sobre esta matéria, terá que ser colocada no local próprio. Sugere que, do seu ponto de vista, não deveriam sair da Assembleia Municipal, sem formalmente aprovarem uma Moção, por unanimidade, não apenas de solidariedade para com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de

Favaios, mas também de apelo ao respeito para com a instituição Junta de Freguesia e para com a Democracia porque quando um Presidente de Junta de Freguesia é enxovalhado verbal ou fisicamente, são todos que o estão a ser. É assim que entende e sobretudo é a Democracia Portuguesa que, está muito doente, quando a forma de relacionamento entre as pessoas extravasa aquilo que é normal e racional, passando para aquele tipo de comportamentos que não são próprios do ser humano. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Sugere que os porta vozes das Bancadas aqui representados elaborem a referida Moção, a qual seria aprovada no final dos trabalhos, para darem sequência aos mesmos. Introduce o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Eleição de um representante substituto, para integrar a Comissão Municipal, à qual cabe decidir os pedidos de instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo e esclarecer a situação, dado que nos documentos distribuídos, do Ponto Um passam para o Ponto Três e terá uma informação a prestar.-----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que quando este assunto foi discutido, procederam à eleição de apenas um representante para integrar esta Comissão Municipal, que cabe decidir sobre os assuntos da localização de infra estruturas. Fizeram porque era aquilo que estava estipulado na Lei, relativamente a esta matéria. No entanto, a prática, demonstrou que é uma boa medida de precaução para o futuro, arranjar um substituto porque a Comissão é constituída por cinco elementos: Direcção Regional de Economia, Presidente da Câmara ou quem o possa substituir e um representante da Assembleia Municipal (Deputado Vítor Silva), para além da DECO e Associação Comercial e Industrial. Para que esta Comissão tenha quórum, necessita de cinco elementos. Nas duas reuniões a propósito do Ponto Seis da Ordem de Trabalhos, que decorreram no Porto e em Alijó, só estiveram presentes, a Câmara Municipal, um representante da Assembleia Municipal e a própria Direcção Regional. A DECO e a Associação Comercial e Industrial, primaram pela ausência quer na primeira, quer na segunda reuniões. Isto significa que se por acaso o representante da Assembleia Municipal, por qualquer motivo pessoal ou de outra ordem, estivesse impedido de estar presente nessa reunião, ela não se realizaria por falta de quórum. Desta forma, se houver um substituto, há sempre a possibilidade de substituição do titular, nas suas faltas ou impedimentos e a

Instituição Câmara Municipal jamais poderá ser acusada, neste contexto, de não ter os seus representantes na Comissão. Comunica ainda que antes de levarem este assunto à consideração da Assembleia Municipal, perguntaram à Direcção Regional de Economia, que tutela esta matéria, se poderiam fazê-lo, onde obtiveram resposta positiva. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre o Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Em nome da Bancada do Partido Socialista propõe o Deputado Bruno Pinto para este cargo, como elemento substituto. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Esclarece que se trata de uma votação secreta, tendo que escrever no boletim de voto, “sim”, “não” ou deixar em branco. O *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos* foi aprovado por maioria com 28 votos sim, 01 voto não e 09 em branco. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Esclarece que os Pontos Três, Quatro e Cinco da Ordem de Trabalhos são pedidos de aprovação de Regulamentos de Mercado Municipal, Feiras e Venda Ambulante, onde o conteúdo é idêntico e integrado. Propõe à Assembleia Municipal que os referidos Pontos sejam discutidos em conjunto e votados separadamente, no entanto deixa à consideração dos Srs. Deputados. Introduce assim o *Ponto Três “Pedido de aprovação do Regulamento do Mercado Municipal”*, *Ponto Quatro “Pedido de Aprovação do Regulamento de Feiras”* e *Ponto Cinco “Pedido de aprovação do Regulamento Municipal de Venda Ambulante”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar os mesmos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que estes Pontos da Ordem de Trabalhos, decorrem da necessidade de alteração legislativa e o fundamento para qualquer um dos Regulamentos está bem explícito no respectivo preâmbulo. Em termos metodológicos concorda com a proposta que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal fez, discutindo assim os Três Pontos da Ordem de Trabalhos em conjunto e votados separadamente. Indica ainda que para alguma pergunta específica, pode dar a palavra ao Sr. Eng. Luís Azevedo, Vereador que tutela estas questões. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO MIGUEL CARTAGENO:** Inicia referindo que o Mercado Municipal tem cerca de vinte e cinco anos de actividade e 25% do mesmo, é ocupado pelo estaleiro da Câmara Municipal. Não concorda com esta situação e a seu ver, este não é o local indicado pois possui camiões velhos e entulhos à vista de toda a gente. Refere ainda que o que piora a situação é que mesmo ao lado, funciona o mercado, onde vendem produtos alimentares. Sugere que o estaleiro da Câmara Municipal seja transferido para a Zona Industrial. Também não concorda que seja o Veterinário Municipal a fiscalizar o estado das bancas do Mercado Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente ao estaleiro da Câmara Municipal não pode estar mais de acordo, pois o Sr. Deputado tem toda a razão. Este é um processo que vão tentar resolver, pois estão a tratar do loteamento da Zona Industrial. No que concerne ao Veterinário Municipal, pensa que não há alternativa e existem também as actividades económicas que fazem as inspecções. Da parte da Câmara Municipal, é uma questão de saúde pública e quem do ponto de vista técnico, na Câmara Municipal analisa as questões de saúde pública, é o Veterinário. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por maioria com 28 votos a favor, 01 voto contra e 01 abstenção; Coloca a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos* a votação, sendo aprovado por unanimidade com 32 votos a favor e coloca ainda a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por unanimidade com 32 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de parecer relativamente à aprovação da localização da instalação de um estabelecimento comercial a retalho alimentar – Minipreço*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo:

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente a este Ponto, explica que o mesmo está relacionado com a Comissão para a qual elegeram um membro suplente, no Ponto Dois da Ordem de Trabalhos da presente Assembleia Municipal e tem que se debruçar sobre esta matéria e dizer se este (Minipreço) ou outra qualquer função de natureza económica se pode ou não instalar em determinado sítio. Lembra que, na primeira reunião, no Porto, a Comissão aprovou o Regulamento, contudo faltaram a DECO e a Associação Comercial e Industrial. Assim, dado que também queriam ter a opinião da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal marcaram uma segunda reunião, que

teve lugar na Câmara Municipal de Alijó. A DECO e a Associação Comercial e Industrial, primaram pela ausência. Relativamente à questão da localização, a Câmara Municipal tinha três questões: uma questão de carácter técnico que tem a ver com o índice de impermeabilização do solo e a necessidade de alguma arborização, dando uma perspectiva de mais conforto e melhor acolhimento aos utentes; duas questões de carácter político, que constituem duas exigências feitas pela Câmara Municipal. A primeira exigência seria que as quinze pessoas a contratar, fossem do Concelho de Alijó e a segunda era obrigar a empresa, de forma clara e inequívoca a aceitar que um conjunto de produtos do Concelho de Alijó, como o vinho, o azeite, as laranjas, hortofloricultura, etc., pudessem vir a ser comprados e distribuídos não apenas no Minipreço de Alijó, mas na cadeia de Minipreços, porque estes têm uma central de compras. Nesta reunião, emitiram um parecer desfavorável, condicionado a estes dois pressupostos e perguntaram à Directora Regional de Economia se havia qualquer problema em levar esta discussão à Câmara e Assembleia Municipais, apenas com o objectivo de estas duas darem apoio a esta estratégia, que no fundo se traduz numa ideia muito simples. Apoiar este investimento porque cria postos de trabalho, desde que sejam do Concelho de Alijó e que também seja uma forma de canalizar produtos de qualidade do próprio Concelho para a referida central de compras. Informa que tentou reunir com os responsáveis do Minipreço, antes da presente sessão da Assembleia Municipal e no gabinete da Câmara, garantiram que iriam responder positivamente a todas as exigências e iriam resolver o problema do índice de impermeabilização do solo, da arborização, assim como garantir as duas exigências colocadas. Finaliza indicando que gostaria que a Assembleia Municipal, procedesse como a Câmara Municipal, votasse por unanimidade esta situação, no sentido de reforçar a posição assumida pela Comissão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO TAVEIRA:** Lembra ao Sr. Presidente da Câmara que é do tempo em que o Intermarché fez uma proposta idêntica, onde estes também se comprometiam em comprar os produtos. Uns anos mais tarde, chegaram à conclusão que não vendem qualquer produto da Região, excepto alguns vinhos. Indica ainda que no Concelho de Alijó, não há produtos com preços para competir com fornecedores de Espanha ou outras zonas do País. A seu ver, este acordo pode ser

agora assinado, mas pensa que não há qualquer Lei que os obrigue, no futuro, a fazer o que quer que seja, em relação a isso. Informa que votará contra porque é comerciante e tem exemplos, a nível nacional, de empresas que se instalam em Portugal para terem benefícios fiscais e económicos e a partir do momento que não lhes interessa mais estar no País, vão embora. Não tem dúvida que a empresa Minipreço emprega 14 ou 15 pessoas e que passados dois ou três anos, se não for rentável para eles, vão embora e os postos de trabalho vão para o desemprego. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** O Deputado António Taveira lembrou o processo de implantação do Intermarché e recorda que nessa altura votou contra a implantação do mesmo e as razões pelas quais o fez, permanecem hoje. Afirma-se como defensor do comércio tradicional, sobretudo pelo que o mesmo representa, em termos de pequena economia local, com o complemento dos parques divididos resultantes da exploração agrícola que está à mercê de uma trovoadas ou de uma intempérie e que apesar de tudo, vão garantindo a permanência de uma actividade e algum rendimento familiar. Nesta perspectiva, tem sempre alguma dificuldade em votar favoravelmente a instalação de uma superfície comercial deste tipo, pois tal como já foi salientado por outro Sr. Deputado, a superfície comercial manter-se-á enquanto lhe der resultado e quando tal não se verificar, vai embora. Recorda que na sua terra, abriu a Macral e esteve menos de um ano. Manteve dois postos de trabalho durante o tempo em que funcionou e quando foi embora, os postos de trabalho acabaram. No entanto, afirma-se sensível ao pedido do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de que a votação seja feita por unanimidade e favoravelmente. Afirma ainda que apesar de contrariado, vota a favor para “não destoar do ramalhete”, no entanto, não podia deixar de manifestar a sua posição relativamente a este processo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que por estarem preocupados pelos mesmo motivos que os Srs. Deputados referiram, quer com o comércio local, com a economia local e com a questão social e económica, é que colocaram as referidas objecções, como forma de pressão acrescida sobre a instalação deste equipamento, pois na realidade contemporânea que vivemos, podemos tentar atenuar os efeitos da globalização económica, mas é muito difícil combatê-los. Os

habitantes do Concelho de Alijó, o consumidor e o próprio comércio local, já se adaptaram à vivência com estas superfícies e quando não compram em Alijó, vão comprar a Vila Real, onde também há médias e grandes superfícies desta natureza. Esta é uma realidade inexorável e a única coisa a fazer, é adaptarem-se a ela, com o máximo de vantagens a nível local, tendo assim colocado as referidas objecções para garantir as vantagens. No que concerne à empresa Minipreço, esta já comercializava vinhos de Alijó, nomeadamente da Adega Cooperativa e garantiram que iriam tentar abrir a sua central de compras a outros produtos da Região. Concorda com o Deputado António Taveira, quando este afirma que não sabe se a Região tem capacidade para fornecer a central de compras na quantidade que eles eventualmente necessitem. Este é um compromisso que vai ficar escrito, assim como a questão dos postos de trabalho. Indica ainda que na próxima reunião, para que a localização seja aprovada, eles têm que garantir por escrito estas duas situações. Informa que não necessitavam de levar este assunto a discussão nem à Câmara nem à Assembleia Municipal, apenas o fizeram para estarem de consciência totalmente tranquila, relativamente a esta matéria e por quererem o envolvimento de todos neste tipo de decisão. Não pretende forçar a consciência de ninguém, nem muito menos a consciência do Sr. Deputado António Taveira ou do Sr. Deputado Joaquim Grácio, pois se algum Sr. Deputado entender que não pode de forma nenhuma votar favoravelmente a proposta, não vote, apesar de que gostaria pessoalmente que fosse aprovado por unanimidade pelo motivo que transmitiu. Esclarece ainda que se não for esta empresa, será outra, porque é um processo inexorável e têm todas as condições para o fazer, mesmo que votem contra. Se assim não fosse, mal estaria a DECO e a Associação Comercial e Industrial, que não estiveram presentes em nenhuma reunião e os únicos que se preocuparam em defender a economia local, o desenvolvimento local, assim como o pequeno comércio, foi a Câmara Municipal de Alijó, que esteve presente na reunião e votou desfavoravelmente, a não ser que garantissem as referidas garantias. Refere ainda que os Srs. Deputados devem compreender que não pode obstaculizar um investimento desta natureza, se derem as garantias solicitadas. O comércio tem que apostar na qualidade, porque os produtos que eles vendem são em massa e o pequeno comércio se apostar na qualidade, continua a sobreviver. O consumidor vai buscar às grandes superfícies, o que o pequeno comércio não dá, porque é um conjunto de produtos que se não os tiver cá, vai a Vila Real ou ao

Porto. Desta forma, prefere que fique algum dinheiro no Concelho e que esse dê lugar a postos de trabalho e à venda de produtos locais. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por maioria com 36 votos a favor e 01 voto contra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** lê a Moção que se transcreve na íntegra: “A Assembleia Municipal de Alijó, reunida em sessão ordinária no dia 30 de Junho, ao tomar conhecimento da inaceitável agressão verbal e subsequente e bárbara agressão física de que, no âmbito das suas funções, foi vítima o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Favaios, decidiu por unanimidade: 1 – Solidarizar-se com o colega Belarmino das Neves Monteiro; 2 – Repudiar de forma enérgica e veemente esta inadmissível atitude que não apenas ofende o atingido como todos quantos defendem a Democracia e os seus princípios. Alijó, 30 de Junho de 2006”. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação a Moção, sendo aprovada por unanimidade com 37 votos a favor. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----